

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE
TRABALHO,
LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2007
Repactuação/Petrobras

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos dar início a nossa audiência pública, que é patrocinada na Assembléia Legislativa pela Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social.

Tenho a oportunidade de presidir a Comissão que deliberou pela realização desta audiência pública para tratar de algo que vem assustando os petroleiros ativos, aposentados e pensionistas na nova proposta do Governo, adjetivada de “repactuação”.

Já não é nosso primeiro encontro, nem o segundo. Aliás, nem o terceiro, porque quando a proposta se chamava *migração* também tivemos a oportunidade, aqui na Assembléia Legislativa,

de participar junto com os petroleiros desse movimento de resistência. Então, vamos acreditar que nossa audiência pública seja mais um passo na luta em defesa de direitos - direitos conquistados, direitos adquiridos e que devem ser preservados. (Palmas)

Para compor a mesa, vamos chamar o Sr. Paulo César, diretor da Federação Única dos Petroleiros... (Manifestam-se as galerias)

...Convido também o Sr. Ivan Barreto, presidente da Ambep; o Sr. Rodolfo Huhn, Diretor-Secretário da Apape; o Sr. Sílvio Sinedine, representando o Sindipetro (Palmas); o Sr. Newton Carneiro, Secretário-Geral da Petros... (Manifestam-se as galerias)

...Convido ainda, numa espécie de manifestação de saudade do tempo em que eu exercia o mandato de Deputado Federal e ele presidia a entidade que representa os engenheiros da Petrobras, o Sr. Fernando Siqueira. (Palmas)

Agradeço a presença de todos e dirijo um agradecimento especial àqueles que compõem a mesa e que vão possibilitar uma espécie de contraditório, um debate de posições, de modo a fazer com que haja uma compreensão maior sobre o rumo dos acontecimentos.

Quero dizer que – e o faço por dever de lealdade - tenho procurado me aprofundar no conhecimento do tema. Inclino-me a admitir que as medidas que estão sendo conduzidas não só causam preocupações, mas também sinalizam graves prejuízos para aqueles que depositaram a sua vida, as suas expectativas num plano que oferecia garantias de uma aposentadoria digna. (Palmas)

Considero importante a presença do representante da Federação Única dos Petroleiros e do representante da Petros, na medida em que será a partir do debate, a partir da resistência, a partir da pressão que os petroleiros vão firmar os seus direitos. Pode ser que a presença aqui de todos venha a representar, no futuro, um convencimento e que a categoria possa ser pacificada a partir da preservação dos seus direitos, das suas expectativas e da realidade que cada um vem construindo ao longo das respectivas vidas.

Vamos esperar, portanto, que o nosso debate aqui seja profícuo e que possamos avançar em homenagem aos trabalhadores da Petrobras, mas em homenagem, também, a uma empresa que conquistou, através dos seus trabalhadores, a sua reputação.

Está aqui o Deputado Marcos Abrahão, nosso companheiro na Assembléia Legislativa, para acompanhar a nossa audiência pública. Agradeço por estar aqui participando deste nosso encontro. (Palmas) Estava, também, o Deputado Pedro Fernandes Neto. Deve estar em algum ponto aqui. Daqui a pouco estará no plenário ou aqui na mesa.

Por último, digo que tive a oportunidade de na manhã de hoje participar de um debate do programa *Faixa Livre*, em que tive a oportunidade de fazer um registro que pode aparentemente não ter vinculação com o que vamos tratar aqui, relativo às terceirizações.

Estando eu há pouco tempo lá na porta da Reduc, numa das manifestações dos petroleiros, tive a oportunidade de me reunir, também, com uma representação de terceirizados. A terceirização representa um novo modelo de gestão, mas que precariza as relações de trabalho. A representação dos terceirizados me disse o seguinte: “Os petroleiros entram pelo portão da frente em ônibus mais confortáveis. Nós, terceirizados, entramos e saímos pelo portão de carga e descarga”. Acredito que essa afirmação deva servir de alerta, porque a Petrobras foi construída, afirmou o seu nome, através dos petroleiros com os direitos consagrados por uma empresa que deve preservar esse direito. (Palmas) Na medida em que cresce, na medida em que vem ampliando as suas atividades que amplie, também, a massa de trabalhadores com os direitos assegurados aos petroleiros através de concurso público, através de critérios outros que não critérios que transformam uma empresa que tem um papel estratégico numa empresa, talvez, voltada única e exclusivamente para resultados financeiros.

Esta advertência eu faço com muita responsabilidade e com muita preocupação, porque na medida em que diminui o quadro de petroleiros, diminui, também, a adesão a sua previdência complementar.

Está presente também o Deputado Wagner Montes, companheiro nosso (Palmas), que já disse aqui estar contra a repactuação. (Palmas)

Nós aqui vamos realizar uma audiência pública. É preciso que haja uma compreensão sobre o significado da audiência pública. Audiência pública tem objetivo de aprofundar o debate, aprofundar a discussão. No momento em que compus a mesa, vi a reação. Sei que há representantes aqui – não só da Petros como da Federação Única dos Petroleiros – que têm posições que procuram valorizar a chamada repactuação e há uma reação negativa daqueles que não concordam com a repactuação. Quero fazer uma solicitação: que o debate ocorra da forma a mais respeitosa possível para que nós possamos conhecer mais sobre um tema que vem causando muita agonia aos petroleiros. Peço a todos que compreendam o significado da audiência pública. Que possamos aqui ouvir atentamente os argumentos. Que possamos rebatê-los também de forma serena.

Agradeço a presença de todos.

Vamos começar.

Não temos uma organização preparada, mas, como o objetivo é buscar o contraditório, nós vamos buscar oferecer a palavra de modo a que possamos alternar os argumentos e que possa haver uma compreensão melhor sobre o tema.

Vou pedir ao presidente da Ambep que seja o primeiro a fazer uso da palavra, já que é a entidade que representa exatamente os aposentados. Que ele possa, com a autoridade, conhecimento e representatividade que tem, tecer as suas considerações preliminares.

Peço a todos que exercitem, também, o poder de síntese para que nós possamos, depois, abrir a palavra para aqueles que no plenário desejem dela fazer uso.

O SR. IVAN BARRETO - Deputado Paulo Ramos, velho amigo da nossa causa; demais membros da mesa, o maior sentimento que nos ocorre neste momento é o da desunião dos petroleiros. Anteriormente, a Petrobras tinha prestígio perante a população e perante os seus servidores, os seus participantes, os seus empregados, os seus petroleiros.

Hoje, com a campanha que vem sendo desenvolvida contra a Petrobras e vem atingindo de tal forma a opinião pública, aquele valor que era dado aos empregados da Petrobras, inclusive até com referência aos salários que recebiam – naquela época os maiores salários eram da Petrobras e do Banco do Brasil –, caiu por terra. É algo semelhante ao que aconteceu com as nossas Forças Armadas. No momento, restava tão-somente a opinião do empregado da Petrobras como elemento a elogiá-la.

Essa situação está sendo quebrada, neste instante, com um processo que vem sendo desenvolvido e que nos impõe perda de direitos adquiridos em troca de uma dívida que a empresa já devia ter reatado com a própria Petros. Com isso, fornecendo a todos nós uma situação ímpar para o Plano – que é o melhor plano que eu conheço, um dos melhores planos do mundo: o nosso plano PPV. Mas agora com a possibilidade de criação de um outro plano... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Por favor, atenção.

Quero pedir uma gentileza... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Quero pedir uma gentileza.

É claro que há aqui uma parcela praticamente unânime contra a repactuação. (Palmas) É claro que uma faixa propondo a repactuação cause, obviamente, uma contrariedade muito grande, mas não me parece razoável que nós devamos nos perder por esse detalhe. Não vamos nos perder por isso. Nem vamos considerar como sendo provocação, porque há uma parcela, mesmo que minoritária, que é a favor da repactuação. O importante é o convencimento, é

a convicção, é a certeza que cada um tem, e que tem o direito de defender, naquilo que acredita...
(Manifestam-se as galerias)

...Eu quero pedir uma gentileza. Atenção, por favor!... (Manifestam-se as galerias)

...Quero agradecer a compreensão daqueles que trouxeram a faixa, da não-exposição, na medida em que o tema exacerba os ânimos, mexe com o sentimento das pessoas. Eu acredito que a exposição da faixa só pode servir como algo a intranqüilizar o nosso encontro. (Palmas) Não será a exposição da faixa que vai fortalecer a proposta nem que vai diminuí-la. Portanto, quero pedir essa compreensão para que possamos nos conduzir com alguma tranqüilidade...
(Manifestam-se as galerias)

...Que os próprios defensores avaliem a conveniência ou não da preservação da faixa, tendo em vista a natureza do debate, e sei que o objetivo não é perturbar o nosso encontro.

O presidente da Ambep ainda não concluiu sua explanação. Vamos esperar que ele conclua a vamos caminhar com nossas convicções.

O SR. IVAN BARRETO - Eu dizia que a nossa unidade deveria estar expressa em toda a

campanha. Não foi possível. Tivemos que recorrer a cada um dos companheiros, visitando suas bases e conversando de um para o outro, porque, dentro das possibilidades que a legislação nos permitia, não conseguimos demover a idéia, nem mesmo com o poder de que pudemos dispor, em face da legislação, no Conselho Deliberativo da Petros.

Nosso sentimento foi muito grande porque dividiu a classe, a única classe atualmente que ainda elogia e prestigia a Petrobras, e não podemos pensar de outra maneira. Esta é a razão pela qual estamos aqui, mais uma vez, reunidos para, defendendo-a, fazer com que os colegas compreendam que a culpa não é da empresa, mas de suas administrações.

Fizemos todo o possível. Fizemos uma campanha muito bonita, respeitosa e conseguimos os resultados que vocês estão sentindo no momento. Suspendemos, pela primeira vez, a repactuação da adesão maciça. Surpreendeu-nos a atitude da empresa de, depois de garantir a extinção do processo e prometer a devolução dos termos de adesão, por pressões estranhas – só podemos pensar dessa forma, já que cremos e temos confiança nela -,

aparecer com uma nova posição, de uma adesão de 2/3, e que nos leva até a admitir que, se não for alcançada, amanhã será até de 51%, porque há uma posição mais do que definida de dividir o nosso plano, tirando-nos aquele direito que ainda nos cabe, porque a nossa ligação com a Petrobras, hoje, já que somos aposentados, é contratual, e esse contrato nós respeitamos e por ele estamos lutando.

A minha esperança é de que pudéssemos ter uma melhor compreensão e por que não negociar, conversar sobre o assunto? Mas não! Aos aposentados não foi dado esse direito; esse direito foi decidido apenas pelo pessoal da ativa e nos diversos acordos salariais comandados pela FUP, tanto que toda a documentação diz: a Petrobras, a Petros e a FUP, o que hoje estamos denominando de triunvirato. Nós não fomos ouvidos. Não se deve esquecer que, num plano de previdência, os proprietários verdadeiros são a patrocinadora e o participante, que são proprietários de iguais direitos, porque a própria lei manda que a contribuição seja igual. Então, nós não podemos ficar afastados. Pensávamos, com a apresentação de um plano para os novos, que nós também combatíamos, que o assunto com os aposentados seria negociado, conforme

as palavras de uma autoridade da Petrobras, quando foi argüida sobre o assunto: “Não, com vocês nós vamos negociar”. Mas não houve negociação; houve imposição de uma situação que hoje está nos levando a essa posição de reação e, com isso, dividindo o quadro de participantes do sistema Petrobras.

Eu não quero me alongar muito mais porque temos colegas com condições de explicar mais detalhes e aguardarmos para as perguntas e respostas que possamos dar em relação ao assunto.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Obrigado, Ivan Barreto, presidente da Ambep.

Convido o Sr. Ricardo Maranhão para fazer parte da mesa. (Palmas)

Vamos ouvir agora o Rodolfo, Diretor-Secretário da Apape.

O SR. RODOLFO HUHN – Prezado Deputado Paulo Ramos, mais uma vez agradecemos essa iniciativa, com a qual demonstra o apoio, o apreço, o zelo que tem por essa aflição que nós temos vivido já há alguns anos.

Independentemente de quem esteja hoje conduzindo a empresa, a gente percebe que mudam os times e a política continua a mesma, ou seja, o nítido objetivo de prejudicar direitos que nós adquirimos após dezenas de anos de trabalho no sistema Petrobras. (Palmas)

Eu estou aposentado há pouco mais que sete anos e, tirando os dois primeiros anos, eu tenho vivido cinco anos de incertezas, inseguranças e coações as mais diversas possíveis. Eu tenho lido e assistido, inclusive como conselheiro fiscal suplente, eleito, coisas as mais inimagináveis. A diretoria da Petros age como se fosse a senhora de um feudo e nós, meros vassallos. Ela simplesmente não responde as questões colocadas.

A gente vê coisas... Vocês se lembram muito bem de que, nas eleições de 2004 - e nós estamos às vésperas de eleições, agora, mês que vem - em que o cadastro da Petrobras ou foi furtado da Petros, ou foi doado à FUP. Eu sou prova disso e me processem se eu estiver falando alguma mentira! (Palmas) Eu tenho documento em casa em que provo - processem-me, insisto - que esse cadastro foi passado à FUP e nenhuma associação conseguiu esse cadastro. Então, nós não conseguimos enfrentar do mesmo jeito toda essa avalanche de propaganda que nos são enviadas ainda agora; na quarta-feira de cinzas, por exemplo, recebi CD, recebi comunicação da FUP, recebi uma série de coisas.

A Petros vem defendendo, e evidentemente é desmentida, que a repactuação é fruto de uma grande negociação com os ativos, os aposentados, os novos, que não têm plano. Eu não fui chamado para nenhuma negociação e creio que os presentes aqui também nunca foram chamados. (Palmas) Debates: isso é uma piada. Pela primeira vez, às vésperas de se encerrar - não sei se vai se encerrar porque, de repente, eles vão prorrogar e vão fazer a repactuação 3 -, às vésperas de se encerrar os debates, pela primeira vez, eu vejo aqui alguns representantes da FUP, achando que vão debater, mas sempre se recusaram, há quase um ano, a participar de qualquer debate. O que havia eram palestras muito bem conduzidas, mas tão fracas de embasamento, em que todas aquelas a que eu assisti a Petros e a Petrobras passaram vergonha.

Ainda, recentemente, numa palestra que houve no Hotel Guanabara, não na de hoje, mas na outra, houve uma situação bastante lamentável, em que o Presidente da Petros e o Secretário-Geral da Petros defenderam uma determinada coisa, que era tão gritantemente enganosa, que o representante da área de Recursos Humanos da Petrobras se levantou e desmentiu os dois. A esse ponto chega. Eles não têm argumentos. Eles só convencem aqueles que são, infelizmente, muito mal informados, que não estão filiados a uma associação, a uma entidade, a um sindicato que, realmente, queira defender os nossos interesses. (Palmas)

Esse prospecto que eu recebi da FUP é uma coisa estarrecedora. Quando eles começaram a repactuação 1, eles começaram a falar que o déficit — eles não falavam em déficit: eles falavam em débito, em rombo — da Petros era 5,5 bilhões no final de 2005. Esse déficit, agora, nesse prospecto que eu recebi - está lá citado pela FUP - é 4,5 bilhões. Não, não é. Em janeiro deste ano, o déficit caiu para 2,86. Quer dizer, eles usam números que são absolutamente inverídicos, não são verdadeiros, para coagir e enganar a gente. É uma coisa simplesmente de estarrecer.

Eu não sei aonde nós vamos parar com esse tipo de coisa. Eu sei que a intranquilidade está presente e o lema da Petros, que é “Tranquilidade para Todos”, é justamente o contrário.

Contratos são firmados na Petros como se fosse a casa particular de alguém. O contrato com a GlobalPrev, que passou para esse, que passou para aquele, sem concorrência, é uma coisa de estarrecer. E eles dizem que, lá, não pode entrar ninguém, nem Tribunal de Contas; não pode entrar ninguém. Então, eles fazem o que querem.

Felizmente, as coisas não são tão ruins assim. O déficit, que era de 5,5, agora é de 2,86. Se eles não criarem um novo artifício e acharem que a gente vai viver, agora, quem sabe, 150, duzentos anos, a tendência é, em dois anos e pouco, naturalmente, esse déficit desaparecer.

Por último, eu queria, nessa primeira fase, destacar uma coisa: é curioso como isso tudo se processa, é curioso como as verdades são

colocadas, que, na realidade, não são verdades. Existia um homem de propaganda que dizia que uma mentira muitas vezes repetida passa a ser verdade. Esse homem era o responsável pela área de comunicação e propaganda do governo de Hitler. Então, eu não sei se há alguma diferença entre aquele sistema de lavagem cerebral de Goebbels e o que está sendo feito atualmente na Petros, na Petrobras, sob uma tutela falsa de um partido que se diz representante dos trabalhadores.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – A palavra, agora, é do Sílvio Sinedine, do Sindicato dos Petroleiros – Sindipetro.

O SR. SÍLVIO SINEDINE – Boa tarde, companheiros e companheiras. Boa tarde, Deputado Paulo Ramos. Muito obrigado pela oportunidade dessa audiência pública. Como disse nosso companheiro Rodolfo, é a primeira oportunidade em que vamos ver um debate acontecer. Debate é isso, gente. Uma posição coloca suas opiniões, a outra coloca as suas, e as pessoas tiram as suas conclusões.

Eu conversei hoje de manhã com o Emanuel Cancela e disse: “Emanuel, eu acho que, na realidade, o Dr. Diego Hernandez, da Petrobras, está certo em não fazer debate. Ele está certo porque ele não tem resposta para dar para as nossas perguntas; então, ele só pode falar sozinho”.

Então, nos debates a que assisti, com o Dr. Diego, ele fala duas e meia a três horas sozinho, e fala todo tipo de absurdo, tudo que não pode ser comprovado, meias verdades, mentiras totais, omissões, tudo isso ele fala, e depois a gente tem três, quatro minutos, para fazer pergunta e ele responder tudo. Então, eu acho que ele está correto, porque quem não tem argumento não pode ir para o debate, o que não é o nosso caso. Temos muitos argumentos.

Qual é a questão da Petros com a Petrobras? Por que a Petrobras tem essa marcação com os aposentados? Não é marcação com os aposentados, companheiros. Fique claro que o único objetivo dessa repactuação é desvincular os aposentados da ativa! E por que eles querem fazer isso? Porque o artigo 41 diz que os reajustes para os aposentados serão iguais ao da ativa. E se isso causar algum prejuízo ao

Plano Petros, a Petrobras é a única responsável por isso. Então, a Petrobras quer se livrar dessa responsabilidade. E qual é a política que a Petrobras adotou? Muito simples! É o mesmo processo da corrupção. É aquele processo, o chamado “cria a dificuldade para vender a facilidade”.

O nosso plano, hoje, tem um déficit atuarial? Tem. Mas a pergunta que tem que ser feita é a seguinte: quem é o responsável pelo déficit atuarial da Petros? Essa é a primeira pergunta que tem que ser feita! (Palmas) Será que somos nós, que há quinze, vinte, trinta anos estamos pagando religiosamente as nossas contribuições? Ou será que é a Petrobrás, que há muitos anos não cumpre com os seus compromissos, compromissos esses já auditados em perícia judicial, naquele bendito processo da ação civil pública, onde a perita apontou um débito da Petrobras para com o Plano Petros de 9,88 bilhões!

“Então, Sílvio, você está dizendo que o Plano Petros não tem problema?” De jeito nenhum, companheiros. O Plano Petros tem uma série de problemas. O Plano Petros tem injustiças, tem de tudo no Plano Petros, mas nada que obrigue que

a gente repactue, nada que obrigue que a gente abra mão dos nossos direitos. O que é preciso, sim, é que a Petrobras venha a pagar o que ela deve e, aí sim, sentemos numa mesa e coloquemos todas as cartas na mesa e nenhuma carta na manga! (Palmas) Vamos abrir todas as cartas e vamos discutir juntos, juntos, o que vai ser feito com o Plano Petros.

Mas é claro que ninguém vai abrir mão de um Plano Petros, de um plano de previdência de benefício definido superavitário! Quem é que vai fazer isso? Quem, em sã consciência, faria isso? Então, é claro, a Petrobras tem que forjar uma situação para criar a dificuldade. "O Plano está quebrado!" O Plano não está quebrado! Esse Plano, há 36 anos, paga religiosamente suas aposentadorias, seus benefícios, suas pensões. (Palmas)

E com o pessoal da ativa? Por que o pessoal da ativa está repactuando? Porque está sendo coagido moralmente pela Petrobrás e pela Petros, porque a maioria da categoria da ativa hoje é de pós-82. E o que são os pós-82? Os pós-82 são aquelas pessoas que têm um teto de aposentadoria de 3 vezes o teto do INSS, que hoje equivaleria em torno de R\$ 8.400,00. Então,

qual é a argumentação dos que querem repactuar? “Olha lá, hein, acho melhor vocês repactuarem, porque, se o teto do INSS cair para mil reais, sua aposentadoria ficará limitada em três mil reais.”

Companheiros, essa legislação que obrigava que houvesse teto já caiu há muito tempo. Se nós estamos hoje, como é o meu caso, pagando já há 20 anos, com o limite, porque nunca ninguém botou dinheiro para mim lá - eu é que botei dinheiro e a Petrobras, a parte dela -, por que vamos ter que ser limitados se o INSS diminuir o seu teto? Não estamos querendo nada do INSS; estamos querendo da Petros, para quem pagamos. (Palmas).

Num debate que houve... Não foi debate, desculpem. Numa apresentação que foi feita, porque debate é quando os dois lados falam igualmente, e não foi o caso: eles falaram uma hora e quarenta e cinco e a gente falou cinco minutos, no sábado, no Sindicato Unificado de São Paulo, em Campinas, foi falado entre as maravilhas da repactuação que a Petrobras, se a gente repactuar, vai começar a contribuir para os aposentados também. Mas quem é que quer a contribuição de aposentado? Companheiros, o nosso plano de pensão é um plano de capitalização. Ele não é um plano de repartição simples, ele não é um plano da mão para a boca, o que o pessoal paga e vai pagar. Não, a gente pagou a vida inteira e a Petrobras para esse plano ser capitalizado, de tal forma que, mesmo que não entre sequer mais uma pessoa no plano, ele que tem ser capaz de pagar todas as obrigações até a morte do último dependente do último beneficiário. Então, a gente não precisa e a gente não quer favor nenhum da Petrobrás. O que a gente quer da Petrobras é que ela cumpra com a sua obrigação, com o contrato, com o ato jurídico perfeito que nós temos assinado com ela. A gente cumpriu a nossa parte, e ela tem que cumprir a sua. (Palmas)

Não à repactuação, companheiros. Não vai passar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos ouvir agora o Paulo César, pela Federação Única dos Petroleiros. (Manifestação nas galerias)

O SR PAULO CÉSAR – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras presentes. Quero agradecer e parabenizar o Deputado Estadual Paulo Ramos, do PDT, do Estado do Rio, por essa iniciativa, e começar dizendo o seguinte: caro Deputado e demais presentes, a legislação a qual nós estamos submetidos na previdência complementar, a partir da Reforma da Previdência, com a Emenda Constitucional nº 20,

provocou mudanças significativas, dentre elas - o Deputado sabe muito bem -, a obrigação dos servidores públicos, sejam municipais, estaduais, federais, de terem um teto de previdência igual ao do trabalhador da iniciativa privada, igual ao do trabalhador celetista, e, para que tenham uma renda adicional, terão que ter um plano de previdência, fechado, público e de contribuição definida. É o que está definido na Constituição a partir da PEC 41. E não há nenhum servidor público, nenhum sindicato organizado em nível local, estadual, nacional que tenha conseguido barrar essa mudança. Nenhum. A PEC N° 41 é de 2003. A Emenda à Constituição é de 15 de dezembro de 1998. O novo servidor público que vai entrar no sistema, através de concurso público, com a instituição do plano de previdência terá um teto igual ao do INSS, R\$ 2.800,00. E se ganhar mais do serviço público, para poder se aposentar, vai ter que ter um plano de previdência complementar de contribuição definida, que é o que está definido na Constituição. Ninguém está acima da Constituição Federal, ninguém está acima da lei. O primeiro ponto é esse. (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Atenção, um minutinho! Vamos tentar exercitar a difícil paciência, vamos ouvir os argumentos e vamos esperar que outros debatedores contraponham os argumentos também com argumentos. Vamos aguardar, com paciência. Alguns já registraram que esta é uma das primeiras oportunidades para que haja o debate - e o debate foi reivindicado por muitos. Então, vamos ter a paciência de ouvir uma posição e o contraditório, e vamos ver a conclusão a que se chega.

Peço a todos uma certa paciência.

O SR. PAULO CÉSAR - Segunda questão: a Federação Única dos Petroleiros e seus sindicatos filiados, que representam trabalhadores da ativa, trabalhadores aposentados e pensionistas, que decidem... (Manifestam-se as galerias) ...em suas assembleias, a aprovação dos acordos coletivos, como foram e são feitas grandes assembleias aqui no Sindicato-RJ, com a participação de ativos, aposentados e pensionistas, de maneira democrática, não discriminam nenhum segmento da categoria e representam todos - tanto é que da assembleia todos participam, sem

nenhuma discriminação. Primeiro eu gostaria de deixar claro isso aqui.

A Federação Única, ao se deparar com esse problema, resolveu enfrentar a questão e cobrar da Petrobras as responsabilidades que tinha com relação ao Plano de Previdência Petros, que foi criado em 1970, anterior à mudança constitucional. O nobre Deputado sabe que a partir da edição da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 98, foi dado um prazo de dois anos, que terminou em 15 de dezembro de 2000, para que os planos de previdência, como no nosso caso, o Plano Petros, se adequasse à nova legislação. Esse prazo terminou em 15 de dezembro de 2000. E nós, a Federação Única dos Petroleiros e os sindicatos, fizemos notificação judicial para a Petrobras, para a Petros e para a União, nesse período, dizendo: “O prazo da emenda está acabando e vocês não estão acertando a conta com o plano”. Os balanços de 98, 99 e 2000 apresentavam o Plano Petros como um plano equilibrado. Por que em 98, 99 e 2000 os balanços da Petros apresentavam esse Plano como equilibrado? Porque estavam com o seu passivo falseado; não estavam usando a tabela de mortalidade correta; não estavam usando a taxa de inflação correta, de forma que

o passivo do Plano era menor do que era na realidade. Portanto, se naquele momento fosse feito o ajuste, que foi somente feito em 2004, o déficit apareceria, como apareceu em 2004, e, naquele momento, perante a Emenda Constitucional, teríamos condições de obrigar a Petrobras a cumprir o seu compromisso de reequilibrar o Plano.

Pois bem, eles não acertaram as premissas do Plano, deixaram o prazo da emenda passar para, depois, com o falso equilíbrio do Plano Petros, vir com a saída de que seria implementado o Plano Petrobras Vida: as pessoas ativas, aposentadas e pensionistas sairiam do Plano Petros, rasgariam o seu contrato e iriam para um novo regulamento. E, aí, a pensionista, que tem o seu benefício calculado a menor iria para o plano Petros sem nenhuma condição mais de rever o cálculo do benefício, porque ela abriu mão do contrato anterior. A mesma coisa é o limite de idade de 78/79; a mesma coisa é o limite de teto e tantas outras barbaridades que seriam feitas se os companheiros migrassem para o PPV.

Pois a federação, assim como fez a notificação judicial, em 2001, entrou com ação judicial para cobrar as responsabilidades. E hoje, a Federação

Única dos Petroleiros é a única entidade que tem ação judicial cobrando as dívidas da Petrobras com o Plano Petros. Nenhuma outra entidade tem. Todos que dizem que a Petrobras deve e tem que pagar nem ação têm para cobrar; nem ação têm para cobrar. E não podem entrar com ação porque não fizeram a notificação judicial, como a FUP fez, dentro do tempo hábil. E queremos desafiar qualquer uma das entidades: se não entrarem com a ação, entrem com ação para cobrar dívidas. Porque a única que tem é a FUP e o Sindicato.

Então, esse papo de chegar aqui e dizer que a Petrobras deve e tem que pagar e nem tem ação para cobrar a dívida é para enganar os outros. A FUP e os sindicatos são os únicos que têm essas ações. (Manifestam-se as galerias)

Muito bem. Tanto isso é verdade que, agora, recentemente – e quem quiser, eu posso deixar o documento aqui com o nobre Deputado – o Sindipetro do Rio de Janeiro e o Sindipetro de Sergipe-Alagoas pediram para entrar na nossa ação. Temos documento do Sr. Luiz Fernando, advogado do RJ, e do Sr. Bussinger, advogado de Sergipe-Alagoas, pedindo para entrar na nossa ação, porque não puderam entrar com ação ou

não quiseram, na época. E agora, a única forma que têm de cobrar a dívida é entrando na ação da FUP. Não querem estar junto com a FUP porque a FUP é traidora, mas, na hora de entrar com a ação, pediram para estar junto com a FUP. E eu tenho um documento aqui para provar para qualquer um dos senhores, está certo? Vou deixar aqui, na mesa do Deputado, e peço que o Deputado dê ampla divulgação a isso, está certo? (Manifestam-se as galerias)

Continuando. Nós, nobre Deputado, iremos fazer um acordo e aí, o companheiro Sílvio Sinedine, que me precedeu, afirmou que a perícia judicial, nesta nossa ação, apontou 9.8 bilhões. Só que eu quero deixar claro que o que nós estamos cobrando é mais de 13 bilhões, na nossa ação. 9.8 foi aquilo que a perícia concordou com as nossas argumentações, ok?

E a Petrobras, nesse instante, juntamente com a Petros - e nós podemos provar isso também com farta documentação -, está questionando a perícia, querendo desconstituição da perícia, dizendo que ela não tem capacidade para fazer a perícia. Está combatendo um a um todos os itens da perícia judicial. E nós não temos nem decisão de primeira instância ainda.

O juiz de primeira instância, da 18a. Vara Cível do Rio de Janeiro, vai analisar a perícia, vai analisar os nossos argumentos, que dizem que são mais de treze; vai analisar os argumentos da Petrobras e da Petros, que dizem que são quatro e meio e é dividida a conta; e aí o juiz vai tomar uma decisão de primeira instância; de primeira instância.

A partir daí, quem perder vai poder recorrer para 2a. instância, que é o TJ-Rio e, depois, para 3a. instância, que é o STJ, Brasília. E, em última instância, por se tratar de matéria constitucional, ao Supremo Tribunal Federal, num processo que pode levar vinte, trinta anos. (Manifestam-se as galerias)

E, se alguém duvida disso, quero que levante a mão aqui quem é do grupo 78, 79, que em 2008 vai fazer 30 anos, e conseguiu resolver na Justiça o problema 78, 79, que em 2008 vai fazer 30 anos e que não foi resolvido na Justiça. É muito mais simples de brigar com essa questão na Justiça do que uma ação que envolve mais de 13 bilhões de reais.

Portanto, companheiros, diante desses fatos, a Federação Única dos Petroleiros decidiu que o melhor caminho não era aguardar a decisão

judicial, e sim negociar e buscar um acordo, que foi o que foi feito. Um acordo onde a Petrobras vai botar mais de 6 bilhões no Plano. E o Plano, além de se reequilibrar, vai ficar superavitário.

Eu quero que o companheiro Rodolfo Huhn, que é do Conselho Fiscal, que tem acesso mensal aos balancetes da Petros, esteja certo, porque é o conselho deliberativo, do qual faço parte, que aprova as contas da Petros. E eu torço para que o Rodolfo Huhn esteja certo, que o déficit feche em 2,8 ou em 2. Sabe por quê? Porque com o acordo judicial que nós vamos fazer, de mais de 6 bilhões, o Plano vai ficar superavitário em mais de 3 bilhões. E com o superávit de 3 bilhões nós podemos resolver muito mais do que a melhoria do cálculo da pensão, ou o limite de idade de 78, 79, a redução.

Porque o que os companheiros têm que saber é o seguinte: se o Plano hoje estiver equilibrado, não tiver déficit nenhum, pelo acordo judicial vão entrar 6 bilhões. Portanto, 6 bilhões de superávit. Se o Plano tiver com déficit de 2, vão entrar 6 bilhões; tem-se um superávit de 4. Se o Plano estiver com um déficit de 3, vão entrar 6 bilhões; tem-se um superávit de 3.

Então, as pessoas têm que estar entendendo que a administração do patrimônio, dos recursos, é uma coisa, e o passivo do plano, o pagamento de benefícios é outra. A administração do patrimônio vale para todos os planos que a Petros tem, seja o Plano Petros, seja o Plano Transpetro, seja o Plano Sanasa, seja o Plano Cultura Previ, porque a Petros hoje administra vários planos de previdência. E essa atual diretoria tem atingido as maiores rentabilidades da história da Petros: 18% acima da inflação; 8% acima da meta atuarial, que é a inflação mais 6%. E aí vem confundir as pessoas aqui dizendo que isso é uma qualidade do plano. Mentira! Porque, se o plano rendesse somente o que está previsto pelo atuário, que é a inflação mais 6, o déficit seria crescente. O déficit só está diminuindo porque está havendo um superávit atrás do outro por conta da atual administração da Petros, que está dando mais de 18% de rendimento real acima da inflação. É isso que tem que ser dito aqui para as pessoas, para entenderem o que está acontecendo e não se deixarem enganar.

Por último, quero fazer outro desafio e um proposta. Além do desafio às entidades que hoje dizem que lutam pelos aposentados de que entrem na Justiça para cobrar os débitos da

Petrobrás - esse é o primeiro desafio -, quero que o Sr. Rodolfo Huhn, junto com o Sr. Paulo Brandão, no conselho fiscal, executem a diretoria da Petros por todas as malversações que ele acabou de denunciar aqui. Todas elas! Porque, senão denunciar, o que ele está fazendo aqui é calúnia e difamação. Se ele não entrar com uma ação judicial contra a diretoria da Petros ele está cometendo calúnia e difamação e está filmado. Por isso eu faço um outro desafio aqui ao Sr. Rodolfo Huhn: entre contra a direção da Petros, porque ele, como conselho fiscal, junto com o companheiro Paulo Brandão, tem condição de cobrar na Justiça todas as irregularidades que ele está alegando que a direção da Petros está cometendo. Se não o faz, é porque está fazendo jogo de cena aqui e discurso. Quero deixar claro isso aqui. (Manifestam-se as galerias)

E quero, por último, dizer aos companheiros aposentados e pensionistas que estão aqui: a prática é o critério da verdade. A prática é o critério da verdade. Então, gostaria que a Assembléia Legislativa tirasse uma comissão para acompanhar todo esse processo, seja o da repactuação, que já vai atingir a meta amanhã... (Manifestam-se as galerias)

...Nós estamos hoje... Permita-me, Deputado, mas as pessoas têm que entender como é o processo de contagem na Petros. E não tem problema também, não; faço questão de nomear aqui os companheiros. Tirem uma comissão aqui e agora, dirijam-se à Petros, com o secretário-geral da Petros, e contem a noite toda os termos da repactuação que chegaram lá. Mais de 50 mil. Quero que tirem a comissão para comprovar... (Manifestam-se as galerias)

...Quero que tirem a comissão aqui para comprovar. E faço a proposta de que a Assembléia Legislativa tire uma comissão e acompanhe todo o processo, os termos da repactuação, as desistências, que chegaram lá, porque o processo é democrático: as pessoas tanto podem manter a repactuação como podem desistir; ou seja, para acompanhar lá o processo de adesão, a repactuação e o processo de desistência... (Manifestam-se as galerias)

...E, ao final, atingida a meta, faço questão que o Deputado Estadual Paulo Ramos seja testemunha do nosso acordo judicial, assine lá como testemunha o nosso acordo judicial, o maior acordo da história do momento sindical, onde a Petrobras vai botar mais de seis bilhões

no Plano, e nós vamos continuar brigando pelos outros valores, reequilibrando o Plano Petros e dando uma garantia de futuro muito mais digno e uma segurança para os aposentados e pensionistas, e os futuros aposentados e pensionistas.

Muito obrigado. (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Atenção, por favor. Quero chamar à Mesa o Paulo Brandão, do Conselho da Petros, Conselheiro eleito. (Palmas)

Atenção, por favor. Enquanto o Paulo vem à Mesa, quero fazer o primeiro registro. Vou submeter à apreciação da Comissão do Trabalho desta Casa a sugestão que foi apresentada pelo representante da FUP, para que a Comissão do Trabalho acompanhe diretamente, lá na Petros, todo esse processo. (Palmas) Esta proposta será devidamente acolhida.

Segundo - e falo isso como quem tem militância de muitos anos -, não pode uma entidade, porque teve a oportunidade de ajuizar no momento próprio uma ação, restringir a participação na mesma ação das demais representações da categoria. Não pode; isso não pode. (Palmas)

Não pode uma entidade, porque na oportunidade ajuizou a ação, entender que por tê-lo feito assumir a representação total da categoria, excluindo as demais. Não pode. (Palmas)

Falo isso, e quero registrar aqui, porque muitos companheiros que hoje estão conflitando, em outras oportunidades, estiveram na mesma trincheira. (Palmas) É por isso que é preciso haver uma compreensão que represente o respeito às posições contraditórias. Porque é possível que aqueles que assumem uma espécie de vanguarda, contrariando uma parcela da categoria, amanhã venham a reconhecer o erro. Então, a presença de quem se contrapõe não há de ser vista como um empecilho e sim como uma colaboração. (Palmas) Porque quem vive mais participando das lutas conhece as pessoas com quem está conflitando. E é por isso que é preciso um respeito recíproco. A FUP, afinal de contas, é a Federação Única dos Petroleiros. Ali é que o ambiente deve ser mais democratizado. Porque, se é uma representação única, como não acolhe os demais? Qual a razão de excluir os demais? (Palmas) E falo isso, Paulo, respeitosamente, porque, a vida está aí, a vida está aí.

O fato, também, de a ação ensejar um acordo que leva a Petrobras a depositar seis bilhões é um reconhecimento de dívida. Isto é um reconhecimento de dívida. E, se é um reconhecimento de dívida, é sinal de que as dificuldades do Plano decorrem do devedor. É o devedor que é o causador. (Palmas) E mais: a Constituição, quando foi modificada, não alterou o dispositivo que diz: “A lei garantirá o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”. (Palmas) A Constituição não mudou esse dispositivo. Esse dispositivo prevalece. O nome não seria repactuação, então. Seria pactuação, dali para a frente, pelo menos. (Palmas) Aceitar o mínimo. Já não seria razoável aceitar a precarização de direitos dali para a frente, para os novos. Ainda mais capitular diante da privação de direitos de quem adquiriu o direito. Aí, é inadmissível! (Palmas)

E, aí, chamo a atenção, é um alerta que faço: existe uma pressão muito grande sobre a previdência social no Brasil, no seu aspecto mais amplo. E se existe algo que vem sendo alvo da maior pressão são as organizações de previdência complementar, porque garantem direitos que deveriam ser dados a todos os trabalhadores e não apenas a uma parcela só.

(Palmas) E esse exemplo de previdência complementar que faz com que o patrão tenha responsabilidade com a sobrevivência digna daqueles que construíram o seu empreendimento deve ser aprofundado, e não derrotado. (Palmas) Porque não é possível imaginar, por exemplo, que a Petrobras, hoje, tenha um lucro de bilhões e bilhões, e aqueles que construíram a Petrobras, vivendo na agonia, ou os bancos ostentando bilhões e bilhões e bilhões de lucros, e os bancários tendo, também, direitos precarizados. Isso que está sendo tratado aqui se estende a toda a classe trabalhadora. Isso não é um problema só dos petroleiros. (Palmas) Isso é um problema de modelo econômico, de visão de sociedade. Os resultados da empresa pertencem, também, a quem construiu esses resultados. E não aos seus controladores.

Sabemos todos nós que tem havido uma pressão muito grande para a privatização da previdência social no Brasil. A resistência tem sido muito grande. Muito grande! Mas aqueles trabalhadores que, através de mecanismos diversos, conquistaram uma situação um pouco melhor na aposentadoria devem servir de exemplo para que outros conquistem a mesma

coisa, e não eles serem nivelados por baixo, reduzindo os direitos em homenagem ao crescimento do lucro. (Palmas)

Obviamente, não poderei ser testemunha desse acordo. Não serei! Não serei, mesmo reconhecendo que, quando há acordo, e acordo na Justiça, cada parte concede alguma coisa. Se a Petrobras está concordando em pagar seis bilhões, é porque ela deve muito mais. (Palmas) Claro! Porque, quando há acordo, cada parte cede alguma coisa.

E, aí, vem outra questão. Se a ação leva tanto tempo, se vai levar 20, 30 anos, quando será feito esse acordo? Porque a Petrobras, com a visão de gestão de iniciativa privada - não é uma empresa que tem um papel na construção de um país -, pode estar também visando ao lucro. “Quanto mais eu empurrar com a barriga também melhor.” (Palmas) Como dizer que a ação vai levar 30, 40 anos, e o acordo vai ser feito agora? Como? (Palmas)

De qualquer maneira, vamos ouvir os argumentos, vamos ouvir outros. Mas quero fazer um desafio: nós estamos fazendo aqui hoje uma audiência pública com uma parcela quase que unânime, a não ser alguns que colocaram ali

a faixa, contrária. Eu quero saber se aqueles que defendem a repactuação são capazes de reunir aqui uma parcela que apóia a repactuação. Eu quero saber se é possível. É isso que eu quero saber se é possível. (Palmas) Porque a audiência pública hoje não foi uma audiência pública para quem é contrário à repactuação; era uma audiência para debater a repactuação. E quando a parcela que comparece é majoritária e unanimemente contrária é porque houve dificuldade de mobilizar o lado que se contrapõe. (Palmas)

Não estamos tão longe assim do regime autoritário, não tão longe. E nós sabemos dos instrumentos à disposição de quem administra uma empresa como a Petrobras para causar constrangimentos, e esses constrangimentos vão sendo causados até porque todos nós convivemos, e vocês muito mais, com petroleiros que assinaram de forma submissa a repactuação, até preocupados com a preservação do emprego. (Palmas) Porque não são apenas aqueles que estão desinformados; há claramente uma parcela grande de intimidados. (Palmas) Estava aqui me lembrando, claro, uma empresa como a Petrobras também tem a possibilidade de

distribuir privilégios através de cargos aqui, cargos ali. E os privilégios transformam os privilegiados em algozes, às vezes. (Palmas)

Vamos ouvir o Newton Carneiro da Cunha, secretário-geral da Petros. (Manifestam-se as galerias)

Nós vamos ter a paciência de ouvir também. O Paulo César fez as afirmações dele, trouxe as informações, os esclarecimentos, na visão da FUP. Eu quero fazer também um registro: as pessoas podem estar equivocadas, as pessoas podem estar certas. Eu não sei. E aí a história de vida de cada um é que fala, se o comportamento de cada um é presidido pela boa-fé, por acreditar que aquele caminho é verdadeiramente o melhor. E quem segue um caminho acreditando ser aquele o melhor e, no momento em que se convence de que aquele caminho não é o melhor, se estiver de boa-fé, eu tenho certeza absoluta que tem coragem de mudar o rumo - disso eu tenho certeza. (Palmas)

O SR NEWTON CARNEIRO - Muito obrigado. Senhores e senhoras, boa tarde. Deputado Paulo Ramos e toda mesa, quero cumprimentar o Dr. Ivan, o mais experiente entre nós aqui, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa.

Começo pelo que o Deputado Paulo Ramos falou. Em 1991-1992 nós criamos um movimento de defesa do sistema Petrobras tão atacado, e, na época, não somente o Paulo Ramos, mas também o Renan, muito nos apoiaram. Naquela época não havia uma federação; nós tínhamos sindicatos. E nós montamos um sistema de defesa da Petrobras. E fomos muito apoiados pelo pelo Deputado Paulo Ramos à época. Inclusive, deixamos de apanhar da polícia muitas vezes por interferência dos Deputados de esquerda, entre eles, o Deputado Paulo Ramos. E Renan... (Manifestam-se as galerias)

...É, devia ter apanhado mas não quebraram o monopólio por conta da nossa lula lá. (Palmas) Nós apanhamos. Eu levei borrachada em Brasília. Muitos companheiros do sindicato - Emanuel Cancela está aí - levaram borrachada da polícia, para que o Collor na época não fizesse a privatização. O Deputado Paulo Ramos é testemunha disso. O Fernando Siqueira é testemunha disso. Enquanto o Fernando Siqueira pela Aepet fazia o trabalho institucional, nós fazíamos o trabalho de militância, mas os dois imbuídos numa coisa só: evitar que a Petrobras fosse privatizada. Então, história de vida a gente tem e respeita.

Essa foi uma introdução. Essa introdução é necessária porque hoje, sim, nós estamos discutindo aqui aporte para o Plano Petros e até 2000 isso não era possível. Até final de 2002 quando assumiu o novo governo isso não era possível.

O Deputado Paulo Ramos colocou no início da falação dele que essa é a quarta reunião, inclusive abordando a questão do PPV. Só que, Deputado, a direção da Petros enviou uma correspondência para o senhor e para os outros Deputados da Comissão, contendo todo esse processo de repactuação. Eu gostaria de, depois da leitura, que a gente pudesse realmente, ou se fizermos essa comissão, discutir.

Mas até 2003 não era possível fazer essa discussão. O PPV era um outro plano. Esse, sim, rasgava o Plano Petros atual e mudava de plano. A proposta de repactuação agora não é essa, Deputado. É a mudança dos artigos 41 e 42... (Manifestam-se as galerias)

...Mudanças dentro do Plano já aconteceram muitas, desde a criação, em 1970, do Plano Petros, quando não existia legislação de previdência complementar - e o Deputado deve saber disso. A primeira legislação de previdência

complementar foi, em 1977, a Lei 6435; depois veio a regulamentação da Lei 6435 de 77, que foi o Decreto 81240, em janeiro de 78, que colocou a primeira imposição no Plano Petros, que foi o limite de idade. Até aquela época não tinha limite de idade. Criou-se um hiato de 78 a 79 porque o regulamento só foi mudado em 79. Então, criou-se a primeira questão no Plano Petros. A gente precisa conhecer a história para depois debater. Eu acho que por isso é importante dizer essas coisas.

Depois, nós tivemos várias modificações na previdência oficial. E, como o Plano Petros é casado com a previdência oficial, qualquer mudança que aconteça na previdência oficial acontece também com quem é do Plano Petros. Então, as mudanças vieram. Muitas mudanças no passado já aconteceram. Inclusive nós temos gente presente aqui que na época era diretor, que não foi consultada. Por exemplo: quando mudou de 11 para 14.9... (Manifestam-se as galerias)

...Não senhor. Foi dado o direito: quem não aceitasse tinha que escrever a cartinha e mandar de volta para a Petros. Resultado: 97% das pessoas deixaram como está. 3% é que não

optaram para continuar em 11%. E não teve consulta.

Quero lembrar ao Deputado que das grandes estatais de plano de previdência somente falta a Petrobras fazer mudança no seu plano de previdência. O Banco do Brasil fez isso, Deputado, em 1997, valendo a partir de 1998. Lá, 100% fizeram a repactuação, sabe por quê? Porque foi feita uma consulta plebiscitária, porque lá o estatuto determinava a consulta publicitária, e deu 55%. Foi, então, implementado para todos. A partir de 1998, o Banco do Brasil fez. Qual o resultado?

Então, aí a gente tem partir do concreto. É só olhar os exemplos que a gente tem. Qual o resultado? Previ, superavitária. Plano 1 da Previ, superavitário. O que aconteceu ano passado? Diminuição do benefício do pagamento que fazem os aposentados para o Plano. O que significa? Mais dinheiro no bolso. Este ano, o que vai acontecer com a Previ? Zerar a contribuição durante um ano, e mais distribuição de bônus. Isso aconteceu na Cemig. Isso aconteceu na Valia. Isso aconteceu em todos os planos em que já foram feitas as mudanças.

Dezoito mil, Deputado. Hoje, estamos com 18 mil novos companheiros na Petrobras, a partir de 2003, coisa que não acontecia, até para me referir ao que o senhor também falou, sobre a questão

da terceirização e privatização. Então, de 2003 para cá... Todos nós sabemos o processo de desmonte que havia na Petrobras até 2000, 2002.... É, continua a ter, só que com 18 mil funcionários a mais. Estamos discutindo um plano, Deputado, e, a partir do mês que vem, já vai ser oferecido um plano novo para os novos, dentro de uma modalidade para que não venha a acontecer... (Manifestação nas galerias) ...daqui a 20, 30 anos com essas pessoas o que está acontecendo agora. Porque se nosso plano tivesse acompanhado as mudanças fundamentais que aconteceram, se isso tivesse acontecido, Deputado, certamente a gente não estaria aqui discutindo. E existem muitas pessoas que são responsáveis por isso.

Categoria pacificada, como o senhor falou, a necessidade da categoria pacificada é verdadeira. Só que nós partimos de um plano do passado, da inclusão do PPV; muitas pessoas fizeram e aderiram ao PPV. Muitas entidades apoiaram o PPV, e aí sim era mudança de plano. E era mudança de plano. E hoje, com um monte de inverdades, Deputado - por isso fica difícil e dá para entender como que fica essa questão porque tem um monte de inverdades e meias verdades colocadas... A primeira é que diziam que vai perder a assistência médica de saúde se fizer a repactuação. Isso é uma mentira!... (Manifestam-se as galerias) ...Isso é uma mentira. Por quê? A legislação da Previdência Social não tem nada a ver com a legislação da Assistência Médica de Saúde. São diferenciadas. São diferenciadas. Quem está dizendo isso para vocês engana e mente. (Manifestam as galerias)

Pacificado, Deputado, nós vamos ter porque... Não sei como a gente pode fazer e vamos fazer, porque, como o Paulo César falou, a repactuação deve ter atingido a meta hoje, ou amanhã atingirá a meta... (Manifestam-se as galerias)

...E para o que a gente tem que chamar a atenção é como que vamos cuidar das pessoas que não fizeram a repactuação, depois. Porque senão, depois, os sindicatos que são contrários, as entidades que são contrárias, as entidades oficiais que são contrárias, depois, vão ter que ser cobrados de cada um de vocês por conta disso... (Manifestam-se as galerias) ...Porque irresponsabilidade... (Manifestam-se as galerias) ...A irresponsabilidade tem limites.

A proposta de agora, Deputado, é colocar dinheiro no Plano, bem diferente do que foi colocado lá... (Manifestam-se as galerias)

Pessoal, pessoal... Para finalizar... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Atenção, por favor. Vamos só esperar que ele conclua.

O SR. NEWTON CARNEIRO - Para finalizar, só o exemplo... (Manifestam-se as galerias)

Só para finalizar, Deputado, o exemplo que o senhor deu... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Um minuto só, por favor.

**O SR. NEWTON CARNEIRO -
Deputado, no exemplo que o
senhor deu, a questão de
reconhecimento da dívida,**

não é isso. O que está acontecendo? A FUP entrou com essa ação. Essa ação tem 15 itens. Desses 15 itens, estão sendo tirados quatro itens e sendo negociado o aporte financeiro porque hoje a Constituição só deixa fazer o aporte se for dessa forma. É a mesma coisa disto, com um exemplo bem simples: eu bato no seu carro, a dívida é 10 mil; se eu não pagar, você vai para a Justiça para receber os 10 mil, e eu chego para o senhor e falo: “Bom, eu vou pagar 5 mil agora, mas os outros 5 mil continuam na Justiça”. Essa é

a proposta que está sendo feita pela empresa, está entendendo? E uma coisa fundamental, encerrando... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Só um minutinho. Deixem que ele conclua, por favor.

O SR. NEWTON CARNEIRO – Encerrando, a proposta é individual, cada um dos senhores ou senhoras é que vai chegar em casa, vai assinar ou não. O resultado é coletivo. Acho que essa é um diferença muito grande,

Deputado, e é necessário que as pessoas saibam disso.

Obrigado. (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos lá. Olha aqui, a impressão que fica é de que alguns foram colocados diante de um dilema: ou aceitam a precarização de alguns direitos para garantia de pagamento do que resta, ou enfrentam lutando pelos direitos na incerteza quanto ao recebimento. Essa é a impressão que fica. E aí há aqueles que fazem a opção no

sentido de aceitar a redução de direitos mas com a garantia do recebimento. Eu quero registrar, alertando aqueles que defendem essa posição, que isto representa um grave equívoco na medida em que daqui a algum tempinho virá uma outra proposta para privar mais direitos. (Palmas)

A grande questão é que claramente existe um processo que vem sendo conduzido em relação à previdência social no Brasil e o projeto incorpora claramente a precarização dos direitos. Essa punhalada foi

dada nos servidores públicos que tinham a paridade e a integralidade. E é preciso dizer que a massa de servidores públicos, considerando municípios, estado e União, não tem a aposentadoria que chegue perto do teto da previdência, e é com esse argumento que eles querem precarizar os direitos de quem tem o patamar maior. Eles não querem desenvolver um projeto para elevar quem está embaixo. O projeto é achatar quem está em cima. (Palmas) É esse o projeto.

Isso fica claro pelo seguinte: os servidores públicos em geral sempre contribuíram para pensão. A aposentadoria era um direito a ser pago com recursos orçamentários integralmente, com integralidade e paridade. Quem olhar a Constituição de outubro de 88, que foi uma resposta ao período autoritário que precarizou direitos - dava ao servidor público regime jurídico único, dava ao aposentado a paridade e a integralidade, inclusive à própria pensionista; a pensionista

deveria receber a totalidade; a pensão correspondia à totalidade da remuneração ou dos proventos do servidor falecido, se ativo ou aposentado; integralidade. A Constituição dava mais: sempre que houvesse qualquer modificação, inclusive na carreira, aposentados e pensionistas acompanhariam, e havia previsão orçamentária para tal, havia recursos para tal. Agora com o superávit primário começaram também a precarizar direitos, e aí não pode existir um exemplo

contrário, de um plano de previdência que conta com a contribuição do trabalhador e com a contribuição do patrão. O Estado brasileiro, no período pós-64, foi desordenadamente contratando sem concurso público e colocando servidores celetistas e não estatutários. Quando chegamos na Constituinte, o volume era tão grande, que quem tinha mais de cinco anos passou a ser estatutário. Sabe qual foi a razão? O déficit com a Previdência; nem acordo foi possível,

porque a União não dispunha de dinheiro, nem os estados, nem os municípios. O débito da Petrobras hoje para com a Petros, o Fundo, é igual ao débito dos governos com a Previdência Social; exatamente a mesma coisa. Eles não cumprem a parte deles e depois querem precarizar o direito de quem cumpriu. (Palmas) É esse o dilema.

O alerta tem que ser dado inclusive aos diretores da Petros, que são também petroleiros, que são também da categoria: ceder agora

significa criar condições para ceder também ali na frente. (Palmas) Quem tem direito a uma aposentadoria digna não pode abrir mão de nenhum pedaço dessa aposentadoria, de nenhum, de nenhum pedaço. (Palmas) Abre um precedente para a própria categoria e abre um precedente para os demais. Quando diz assim: no Banco do Brasil já repactuaram. Procurem saber como estão vivendo os bancários aposentados do Banco do Brasil. Procurem saber como estão vivendo os aposentados

do Banco Central. Pegue a carta, Renan, que recebemos outro dia. Todos, todos, que repactuaram e abriram mão de direitos estão, hoje, numa situação muito difícil.

(Palmas)

Vamos tentar, então, fazer também aqui uma audiência pública, trazendo a representação das outras categorias, dos outros que repactuaram. Vamos buscar o testemunho deles. Tenho certeza absoluta de que o testemunho deles é favorável a quem diz não à repactuação.

(Palmas)

Vamos lá: Fernando Siqueira;
depois, Ricardo Maranhão.

O SR. FERNANDO SIQUEIRA –
Companheiros, boa tarde.

(Palmas) Queria, em primeiro
lugar, parabenizar esse bravo
Deputado, que eu aprendi a
admirar lá em Brasília,
quando da defesa do
monopólio estatal do petróleo
da Petrobras e do Brasil.

(Palmas) Queria parabenizar
hoje porque ele deu uma aula
de democracia aos
companheiros do campo
majoritário do PT, que
dominam a Petros, a
Petrobras e a FUP. (Palmas)

Nós, conselheiros da Petros, eleitos por vocês, donos do Fundo de Pensão, não estamos tendo o direito de falar dentro da Petrobras para apresentar as mentiras que estão sendo jogadas para vocês. Nós somos institucionalmente muito mais capazes do que o Newton, que é secretário-geral da Petros - como diria o Lula, é o sub do sub; nós é que nomeamos.

(Palmas) E o Sr. Newton tentou barrar que eu falasse em Belo Horizonte. Ele estava lá com hotéis alugados, gastando o nosso dinheiro para falar mentira e tentou

me barrar, não deixando falar para os companheiros de Belo Horizonte. (Palmas) Como é que pode, companheiros, falar em democracia se você não deixa aqueles mais capacitados institucionalmente exercerem o seu direito de defender aqueles que os elegeram? Eu não estou tendo direito, como o Brandão, como o Ivan, como o Guilherme - e não mudamos de lado -, de levar para vocês a verdade; estamos sendo cerceados. Eu pedi a Petrobras um espaço na TV Executiva; nem resposta tive. Pedi para

amanhã nós falarmos lá também na apresentação da Petros. Os diretores da Petros têm direito de falar e nós que os nomeamos não temos. A GlobalPrev, um organismo estranho à Petrobras e à Petros, tem falado com o nosso dinheiro pelo Brasil inteiro - inclusive falou em Belo Horizonte que a Petrobras compra a Justiça para amedrontar as pessoas -, e nós não temos o direito de defender os nossos representados. E falam ainda em democracia, companheiros?

Democracia é isso: é dar o direito ao contraditório, falar, mostrar as verdades que são escamoteadas de vocês. O Deputado Paulo Ramos já respondeu que a lei não retroage para ferir direito de ninguém. Isso é um princípio fundamental. Foi dito aqui que ninguém está acima da lei mas o campo majoritário acha que está e manda comunicados para nossas casas ameaçando cobrar 67% de aumento na nossa contribuição. Isso é assédio moral, companheiros. Diz que a FUP representa os

trabalhadores. Não, a FUP renunciou publicamente a representatividade dos trabalhadores quando fala para vocês que essa é a proposta que eles puderam conseguir na atual correlação de forças e que quem não quiser que vá para a Justiça. Então, está dizendo: eu estou renunciando ao direito de representá-los, vocês que se virem na Justiça. É isso que está sendo dito para vocês, companheiros. (Palmas)

Colocaram no *Estadão* e agora na *Época* a questão do débito da Petrobras como rombo,

que a Petrobras vai ter que pagar plataforma para os petroleiros para jogar a instituição contra a opinião pública. Isso é um crime, companheiros. Isso é um absurdo. Da forma que foi dito agora, se a repactuação passar as entidades vão ter que responder pelas consequências. Isso é ameaça vã, é ameaça covarde. Como estão fazendo com as viúvas; as viúvas nos ligam chorando. Jamais pensei em passar por isso novamente na minha vida recebendo pilhas e pilhas de documentos ameaçadores, até

DVD chegou nas nossas casas, com o nosso dinheiro, para nos assediar; está lá, o DVD chegou nas nossas casas.

Telefonaram para as pessoas nas casas e eu cobreí do Santa Rosa em que rubrica isso foi colocado.

Dizem que a Diretoria da Petros está fazendo uma belíssima gestão. Mentira! Porque ela arranjou um déficit manipulado e escondeu o rendimento dos juros dos títulos da Petros, que agora estão aparecendo, e eles falam que eles é que estão conseguindo. Estão

dilapidando o patrimônio da Petros, trocando esses títulos bons por ações de reputação duvidosa e deixando os títulos podres em carteira.

Estão dilapidando o patrimônio da Petros, apesar de nossa resistência, companheiros. Estão dizendo que a Petrobras está rebatendo os argumentos. O Sr. Deputado Paulo Ramos, que não é petroleiro, entendeu muito bem a questão: a Petrobras, ao assinar o acordo de obrigações recíprocas,

reconheceu que deve à Petros seis bilhões.

E qual a obrigação da diretoria? Pelo Decreto nº 4942, art. 62, a obrigação da Diretoria é cobrar judicialmente da Petrobras! E está omitindo-se dessa obrigação! Está inadimplente, porque tem obrigação de cobrar da Petrobras! (Palmas) Art. 62 do Decreto 4942: “Decorridos 60 dias do reconhecimento da dívida, o fundo de pensão tem que cobrar judicialmente”. Foi assinado o acordo de obrigações recíprocas em

maio de 2006 – há praticamente um ano –, e a diretoria não cobra da Petrobras uma dívida reconhecida! Que diretoria é essa? Está defendendo o quê, companheiros? Está defendendo seus cargos! (Palmas)

Deputado Paulo Ramos, a empresa Petrobras é uma empresa que admiramos e defendemos. A Petros é uma fundação que nós admiramos; a FUP é uma instituição que nós defendemos e admiramos. Mas o fato de os companheiros da FUP terem,

no passado, entrado com uma
ação cumprindo sua
obrigação não lhes dá o
direito de trocar o nosso
direito por vantagens
pessoais, companheiros.
(Palmas)

O que estão fazendo com a
Petrobras é um crime,
pulverizando a categoria
petroleira em “repactuado”,
“não-repactuado”, “ativo”,
“aposentado”, “novos”,
“antigos”... Isso desmonta a
Petrobras, companheiros. Não
é por outra razão que quando
me aposentei o custo de
extração do petróleo estava a

três dólares/barril. Atingiu agora 6.59! O dobro do custo do barril produzido; o custo da produção; e o custo total era de doze dólares/barril e atingiu 24 dólares/barril - dobrou o preço do barril produzido. Um poço de petróleo em águas profundas custava dez milhões de dólares. Está custando 40 milhões de dólares! Um metro/polegada de tubo custava 15 dólares; está custando 100 dólares! Foi o que custou o gasoduto Quari-Manaus. Isso é, companheiros,

a troca da competência pela subserviência. (Pamas)

Estou distribuindo para vocês o manifesto de 120 antigos gerentes da Petrobras que assumiram seus cargos por competência. Entre eles está Ivan Barreto, ex-Diretor da Petrobras e da Petros; Ricardo Maranhão, Paulo Brandão, Maurício Alvarenga, que foi diretor da Petrobras. (Palmas)

Assinaram o manifesto de revolta contra esse absurdo que está colocando em risco a sobrevivência da Petrobras! Porque destruída sua política de Recursos Humanos, a

Petrobras não sobrevive como empresa tecnológica. E essa repactuação, esse Plano Petros 2 são verdadeiras agressões à política de Recursos Humanos da Petrobras.

Nós distribuimos também as perguntas que nós, conselheiros, viajando quase clandestinamente com verba até de vaquinha de pessoas físicas, fizemos para poder levar a nossa voz ao interior do Brasil, porque a Petros nos nega passagem e estadia para falarmos... Nós temos ouvido apelos de companheiros: “Se a repactuação atingiu 67%, o

que acontecerá com quem não repactuar?” Companheiros, como representante da Epet, como conselheiro, respondo: “Não acontecerá nada. Dezesseis entidades de aposentados estão com vocês e estão entrando na Justiça para anular esse processo com grande possibilidade. (Palmas) E seis sindicatos independentes que representam metade da categoria, como Sindipetro Rio de Janeiro, Litoral Paulista, Sergipe, Alagoas, estão conosco na defesa de vocês. (Palmas) Não vai acontecer

nada. Não tenham medo de ameaças, porque são mentirosas”.

Aí nos perguntaram: “Vocês provaram que o déficit é manipulado, mas e se eles cobrarem assim mesmo 67% dos nossos salários?”. Vejam vocês: a forma como foi colocada induz a pessoa a achar que vão descontar 67% do salário e não da contribuição, companheiros. Isso é maldade.

Não vai acontecer nada, porque o déficit é mentiroso. Tanto é mentiroso, que ele caiu agora para 2,8 bilhões e, como diz o Rodolfo, vai desaparecer, porque ele não se sustenta. É fruto de uma manipulação grosseira de premissas. Mas ainda que ele existisse, 2,8 bilhões, a Petrobras declara que deve seis!!!! Então, não tem déficit nenhum, companheiros, porque não tem nada a cobrar de vocês.

Existe um mandado de segurança que impede mesmo essa cobrança. Como eu disse ainda há pouco: eles se acham acima da lei, podem cobrar? Não podem, porque existe mandado de segurança que impede. E não tem nenhuma razão para cobrar uma coisa que não existe.

Por último, se vocês não repactuarem, não tem que pagar déficit nenhum, porque o seu contrato de trabalho, o seu contrato com a Petros lhe garante que a Petrobras é que cobre qualquer déficit. (Palmas)

A covardia com as pensionistas, companheiros, é negócio absurdo e lamentável: às pessoas que não têm acesso às informações é dito que, se repactuarem, vão ter o salário regularizado. Mas não dizem que é só daqui para a frente, sem pagar atrasados, e nem que elas têm que abrir mão das ações judiciais que estão sendo reconhecidas, porque isso é um confisco que está sendo feito com o salário, como o Deputado Paulo Ramos mostrou. Tinham que repassar 100% do INSS para elas e estão repassando 60%. Os companheiros que estão lá na Petros sabem disso, tanto que entraram na Justiça. Agora, estão do outro lado, querem usar isso como moeda de troca.

A mesma coisa com o pessoal 78-79: querem dar dois anos apenas; por que não dão integral? Por que não pagam os atrasados? Nos dois casos se mexerem no regulamento, porque terão que mexer para regularizar o pagamento, isso vale para todos; não existem dois direitos; o direito é único.

Então, é uma covardia com as pensionistas quando a Petrobrás, com um lucro de 26 bilhões, quer tirar dinheiro das pobres viúvas, já tão sacrificadas pelas fraudes salariais cometidas pela Petrobras nos acordos coletivos. Pela Petrobras, não, pelos dirigentes da Petrobras. A Petrobras é uma instituição de respeito. (Palmas)

Para o pessoal pós-82, que está no mesmo caso de 78-79, estão ameaçando com a quebra do INSS, de contribuição. Mentira! O INSS não vai reduzir o teto de contribuição; senão, ele quebra. O que o INSS vai reduzir é o benefício. E aí, se você repactuar e desvincular do INSS, o que a repactuação exige, você vai ter o seu benefício reduzido do INSS e vai bancar sozinho. Por isso é que eles querem que você repactue.

Aí perguntaram: “Sendo o pessoal da FUP inteligente e esperto, como puderam aceitar essas condições?”. Resposta franca e aberta: metade dos dirigentes está em cargo de altas gerências ou não está lá. O Diego, o Armando, o Santa Rosa, o Ênio Barreto, o Mozart, com salários acima de R\$

40 mil por mês, companheiros. Estão lá, também, com salários menores o Newton, o Maurício, o Carrara. E a outra metade está na fila para esses cargos. (Palmas) Por isso, companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Oh, Fernando, veja bem a denúncia que você faz. É uma denúncia muito grave, de que dirigentes de uma representação sindical da categoria simultaneamente ocupam altos cargos de direção na empresa. (Palmas) É uma denúncia grave. É claro que é impossível alguém representar simultaneamente bem dois lados que estão em conflito. (Palmas) É impossível imaginar, qualquer que seja a trajetória de vida e de luta de um quadro, que ele represente os interesses do patrão e represente, também, o interesse do empregado. Deveria – porque há casos de impedimento –, em estando em cargo de direção, deixar a representação sindical por impedimento. (Palmas)

Há um impedimento claro nisso. É uma questão ética relevantíssima. A primeira exigência que deveria ser feita é de que quem está em cargo de direção na empresa não pode estar em cargo de representação sindical. Não pode estar. Isso é incompatível. (Palmas)

O SR. PAULO CÉSAR - Deputado Paulo Ramos, questão de ordem, por favor.

Eu sou Diretor do Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia. Durante muitos e muitos anos tive a honra de ter na direção do meu sindicato o companheiro Jaques Wagner, atual Governador do Estado da Bahia. A gente o inscrevia em chapas; ganhávamos as eleições, mas, enquanto ele detinha o cargo de Deputado Federal, ele não exercia o mandato sindical. Era licenciado para executar o mandato de Deputado Federal. Quando o então Deputado Federal veio a se eleger para cargo Executivo, uma das nossas exigências foi a saída da direção.

Estou citando esse exemplo, porque todos os companheiros do movimento sindical, seja na Federação Única dos Petroleiros, seja nos nossos sindicatos filiados, porque é questão, inclusive, estatutária não poder continuar com mandato sindical, saem da direção, não participam da direção. Queria deixar isso claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Só um minutinho, então.

Fernando Siqueira, os nomes citados estão em que cargo na direção da empresa? E em que cargo na representação sindical?

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – O Newton, por exemplo, foi eleito para Anapar e é Secretário-Geral da Petros; Associação Nacional dos Participantes...

O SR. NEWTON CARNEIRO - Deputado, foi boa a lembrança Da questão da Anapar. Foi uma representação criada por nós, trabalhadores. Fui eleito em congresso. Vai ter um congresso agora, em que eu não vou estar, mas eu estou eleito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Mas não é isso que eu estou dizendo, meu grande irmão.

O senhor está eleito.

O que eu estou dizendo é o seguinte: nós não vamos aqui resolver problemas estatutários...

O SR. NEWTON CARNEIRO - Certo, mas o que o Fernando Siqueira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – ...nem vamos resolver problemas éticos ou procedimento de quem quer que seja.

O que o Fernando Siqueira fez foi relacionar vários nomes de quem exerce cargo de direção na empresa e simultaneamente exerce cargo em representações da categoria...

O SR. NEWTON CARNEIRO - Não é verdade do Fernando. É uma mentira.

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – Eu disse ex-dirigentes da FUP.

O SR. NEWTON CARNEIRO - Então, está esclarecido.

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – Ex-dirigentes... O Newton está acumulando, assim como o Paulo César é do sindicato da Bahia e foi eleito para a Anapar no Rio de Janeiro. Essas são irregularidades que...

O SR. PAULO CÉSAR - Sou eleito, Fernando Siqueira. Quer você goste ou não. Sou eleito e vou continuar sendo, com certeza.

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – O Newton Carneiro é meu suplente na Petros. Quando ele foi nomeado secretário-geral da Petros, eu pedi que ele fosse afastado da minha suplência e feita nova eleição. Não foi feita. Eu sou um conselheiro que não posso faltar, porque não tenho suplente. Não tenho substituto.

O SR. NEWTON CARNEIRO - Fernando, depois eu respondo, porque já é a segunda mentira que você fala. Depois eu dou a resposta. (Manifestam-se as galerias)

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – Para concluir, companheiros. Sempre me perguntam: “Mas é dito que a saúde do plano Petros está comprometida, que tem rombo, qual é a verdade?”. Nós mostramos que foi feito um estudo avançado de ALM, que significa casamento ativo/passivo, pela Petros e tem três resultados essa análise: se o déficit de 5 bilhões fosse verdadeiro, o estudo de ALM mostraria que haveria um déficit real – porque esse é um deficit teórico – em 2027. Se o déficit caiu para 3 bilhões, em dezembro, fazendo um estudo de ALM, no fundo Petros, em 2048, haveria um déficit de 2 bilhões. Mas e se o déficit for zero, se não existir déficit? Não estou dizendo que não tem, porque a própria Petrobras reconhece que deve 6 bilhões à Petros no acordo de obrigações recíprocas. Nessa condição, o plano Petros não teria déficit nem no ano 2100.

Portanto, reafirmo aqui o que o Ivan Barreto, do alto da sua credibilidade, da sua ética, da sua competência disse: que o plano Petros é o melhor plano do Brasil e um dos melhores do mundo. (Palmas) Não tem por quê, companheiros, nós ficamos ouvindo manipulações, porque já dizia o filósofo Itamar Franco: “Os números não mentem, mas os mentirosos manipulam os números”. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos registrar a presença do Agnelson Camilo, diretor do Sindipetro-Pará/Amazonas; do Luiz Carlos Ferreira Costa, aposentado da Petrobras-Petros; do Luciano Ponce, diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Federação e Sindicato dos Marítimos do Rio de Janeiro; do Joaner Gomes Barradas, também, aposentado, da Ambep; do Carlos da Conceição de Almeida, Assistente Administrativo da Ambep;

do Paulo Moreira, Presidente da Associação Nacional dos Participantes da Petros; do Ronaldo Tedesco Vilaro, Coordenador do CDDP - Comitê em Defesa dos Participantes da Petros; do João Roberto Neves, Conselheiro Fiscal da Ambep; do Joacir Pedro, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo do Rio de Janeiro e Vice-Presidente do Fórum Intersindical dos Trabalhadores da Construção Naval do Brasil; do Sr. Pedro da Cunha Carvalho, Diretor de Pessoal da Epet; do Sidney Reis Santos, Diretor da Epet; do Roberto Ribeiro, Diretor da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro; do Comandante Marcelo Duarte, representando os trabalhadores da Varig, funcionário do Aerus, em luta também. (Palmas)

Com a palavra o Sr. Ricardo Maranhão. Depois temos só mais três oradores do plenário e vamos ver se há mais inscritos.

O SR. RICARDO MARANHÃO – Meu companheiro Paulo Ramos, você está melhor a cada dia. Meus parabéns! Uma salva de palmas a este Deputado, que honra o povo fluminense e o povo brasileiro! (Palmas)

Quero dizer algumas coisas para vocês. Primeiro que, com o apoio de vocês, foram 12 mil votos. Exerci a função de Conselheiro Curador da Petros por cerca de seis anos. Depois, mais uma vez com o apoio e a confiança de vocês e 22 mil votos, cheguei à Câmara Federal, tendo passado um ano participando da Comissão de Previdência, Seguridade Social e Família. Participei da votação das três leis complementares que decorreram na Emenda Constitucional Nº 20. Então, nessa questão, deixando a modéstia de lado, tenho alguma coisa a dizer.

Vim aqui para dizer que, ainda que todo mundo repactue, eu não vou repactuar! (Palmas) Se só houver um não-repactuante, serei eu! E esse negócio de percentual, se vai ser 60 ou 90, acho que isso é secundário, porque somos homens livres, somos cidadãos; não somos cordeiros, não somos covardes. Cidadão é aquele que exerce a cidadania, e exercer a cidadania é defender os seus direitos e cumprir com os seus deveres. (Palmas)

Recebi uma proposta do Governo no sentido de que alguns créditos que eu tinha do fundo de garantia, se eu desse um desconto de 15%, ele

me pagaria em sete parcelas anuais, em sete anos. Disseram que isso seria melhor, porque a Justiça é demorada, porque eu ia gastar com advogado. Eu disse: “Não faço acordo porque isso é um direito meu. Vou para a Justiça!”. Não faço esse tipo de acordo e lamento que um Governo de um Presidente no qual votei duas vezes faça esse tipo de proposta, porque, se sou Presidente e o Governo deve, eu mando o Governo pagar imediatamente!

Quero dizer, meus companheiros Paulo César, Newton Carneiro, companheiros da Mesa, que, em primeiro lugar, nós deveríamos fazer uma reflexão profunda. Alguém já disse - não sei se está na Bíblia – que a gente conhece as árvores pelos frutos. E, pelos frutos deste processo da repactuação, doloroso, escandaloso, vergonhoso, que procura intimidar as pessoas, esta árvore está podre! (Palmas) E vemos isso aqui quando ouvimos as palavras ásperas com que a platéia e alguns companheiros tratam outros companheiros. Espero que voltem a ser companheiros nossos, porque nos abandonaram.

Paulo César disse que a FUP entrou na Justiça e ninguém mais entrou; só a FUP que entrou,

porque a FUP estava do nosso lado, nós confiávamos na FUP e não havia razão para que outras entidades entrassem. (Palmas)

Hoje nós não confiamos na FUP. Hoje a FUP está de outro lado. A FUP nos abandonou e ele precisa esclarecer por que isto. Aliás, esta Federação Única dos Petroleiros não é mais única, porque hoje cinco sindicatos se desligaram desta Federação. Já existe uma outra Federação. Isto é um produto muito ruim deste processo de repactuação, que seria importante para a defesa da nossa Petrobras, porque os inimigos da Petrobras jamais sossegarão enquanto não privatizá-la ou enquanto não liquidá-la. Era importante que nós todos estivéssemos unidos, que nós todos estivéssemos do mesmo lado.

Foi dito aqui que ninguém está acima da Constituição, nem mesmo os companheiros que dirigem a Petros, que dirigem a Petrobras e dirigem a FUP hoje (Palmas), mas mandaram para a minha casa um termo de adesão onde eu tenho que renunciar aos meus direitos, por escrito. Será que vocês desconhecem que a Constituição tem uma cláusula pétrea que diz textualmente o seguinte: a lei não subtrairá da

apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito? Nem a lei pode subtrair, quanto mais um documento que a Petros ou a Petrobras ou a FUP envia para a minha casa. (Palmas)

As pessoas me honram muito com a teimosia que têm em confiar em mim. Então, eu recebo na minha casa, pela manhã, noite avançada, à tarde, na hora do almoço, telefonemas. Eu queria dizer que eu recebi pelo menos uns seis. “Maranhão, a minha mãe é portuguesa, é pensionista, mora aqui na rua Alice, em Laranjeiras, é sua amiga, confia muito em você, chegou uma carta aqui dizendo que se ela não fizer essa tal de repactuação vão aumentar a contribuição dela em 67% e, se eu levar isso a ela...” “Você é louco, você não vai levar, ela vai ter um derrame, ela vai ter uma síncope, ela vai morrer.” Isto é um ato impensado, mas que, em última análise, representa uma covardia inominável. (Palmas)

Eu não vou repactuar porque a repactuação promete acertar o pagamento das pensionistas. E é bonito que assim seja feito, porque o governo anterior não teve essa preocupação, mas é lamentável que acerte as pensionistas, daqui para a frente, e esqueçam que as pensionistas

foram prejudicadas daqui para trás. Eu que vi um engenheiro jovem, de 31 anos, morrer despedaçado num helicóptero na bacia de Campos, acho um desrespeito com a jovem viúva acertar a pensão dela daqui para a frente, esquecer daqui para trás, e ainda exigir que ela abra mão da ação judicial para cobrar o direito que ela tem. (Palmas)

E está fazendo isso porque sabe que vai perder na Justiça a questão das pensionistas. Eu recebi um jornal – parece-me que de Sergipe -, onde um advogado diz que mais de 100 pensionistas conseguiram cinco milhões de reais de pagamento de atrasados e que foi preciso penhorar tanques de gasolina para que a Petrobras pagasse esse débito. A Petrobras que nós criamos, a Petrobras que nós construímos, a Petrobras dos exemplos magníficos de Orfila Lima dos Santos e Maurício Alvarenga, meu chefe, do Serviço de Engenharia, a Petrobras que nós construímos não é esta Petrobras que só pensa em lucro, não é esta Petrobras que tem atitude utilitarista, não é esta Petrobras que procura humilhar e enganar aqueles que fizeram a sua grandeza! (Palmas)

Eu não vou repactuar porque eu não sou burro e eu sei que, quando houver uma desvinculação do meu benefício Petros do benefício do INSS, e sei das pressões que existem sobre a Previdência Pública, quando o INSS for a zero, a Petros não aumenta e a minha renda vai cair... Eu não vou

repactuar porque eu não vejo no processo de repactuação nenhum aceno em corrigir os nossos benefícios que estão sendo achatados, que estão sendo aviltados por uma prática de dar remunerações variáveis ao pessoal da ativa, que não são estendidas a nós, burlando o Art. 41 - por isso, querem abolir o Art. 41, porque sabem que nós vamos para a Justiça, na busca pelo direito que nos assegura o Art. 41 e que nós vamos ganhar! (Palmas)

Eu não vou repactuar por uma série de outras coisas, porque eu também não sou burro e sei, perfeitamente, que a Emenda Constitucional nº 20 só passou porque ela vigora a partir da data da sua promulgação e ela diz, no seu texto, que ela vigora a partir da data da publicação no Diário Oficial. E as leis complementares que dela decorreram têm que se submeter a uma cláusula pétrea da Constituição, que diz que a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido. (Palmas)

Eu me aposentei em outubro de 1995, e lá se vão quase 11 anos, mas tem gente aqui que está aposentada há mais de vinte anos. Tem gente aqui que fundou, como eu, a Petros, em junho de 1970, e que pagou 34, 35, 33, 40 anos de contribuição e estão há vinte anos, 15 anos, 12 anos aposentados. É evidente que essas pessoas praticaram um ato jurídico perfeito, um contrato que está em vigor e têm o direito mais do que adquirido; do gozo desse direito constituíram as suas reservas, acertaram todos os compromissos que assumiram ao assinar esse contrato e os direitos dessas pessoas não podem ser desrespeitados.

É o princípio de que a lei não retroage, senão para beneficiar. É o princípio do direito adquirido, da coisa julgada; é o princípio da segurança jurídica. Admitir que essa cobrança ameaçadora possa se concretizar é não acreditar em mais nada neste país. É o desespero e a desobediência civil.

De forma que, meus companheiros e companheiras, eu lamento, profundamente, que esse processo só tenha servido para nos desunir, para fazer com que um insulte o outro. Lamentavelmente, esse processo não pode avançar e, seja qual for o resultado dele, eu não vou repactuar e nós vamos continuar lutando para defender os nossos direitos, como devem fazer os cidadãos que merecem esse nome de cidadãos. (Palmas)

Não à repactuação! Viva a Petrobras! Viva o Brasil! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Quando manifestam que vão reconhecer os direitos das pensionistas daqui para frente, eles também confessam que não reconheceram daqui para trás. É uma confissão, isso. Claro.

Vamos ouvir o Paulo Brandão, presidente do Conselho Fiscal da Petros e que está representando os trabalhadores.

O SR. PAULO BRANDÃO – Deputado Paulo Ramos, componentes da Mesa, meus amigos e minhas amigas, aqui estamos, mais uma vez, neste plenário, tratando praticamente da mesma coisa. Essa coisa foi decidida em 1997, quando o Conselho de Administração da Petrobras decidiu desvincular o salário do aposentado da tabela salarial do ativo e desvincular o benefício do INSS. Não é novidade, o que nós estamos tratando. E aqui já estivemos várias vezes tratando sobre isso.

Veio o PPV - Paulo César fez uma exposição muito clara, histórica, sobre a evolução desse problema -, veio o PPV, tratando desse assunto, ou seja, desvincular o benefício do salário da ativa, acabar com o artigo 41, e desvincular do INSS. Não deu certo, porque a FUP estava do nosso lado.

Passo seguinte: no acordo coletivo de 2003/2004, a Petrobras teve a ousadia de propor acabar com o artigo 41. A classe simplesmente

rejeitou, e a FUP estava do nosso lado. Em seguida, veio novamente a pressão do conselho de administração sobre os dirigentes da Petrobras e da Petros; veio, então, o processo de repactuação. Agora a FUP não ficou mais do nosso lado. Passo seguinte, por não ter atingido o nível que a Petrobras exigia, veio a re-repactuação.

Então, minha gente, eu acho que depois dos discursos feitos aqui, inclusive pelo Fernando Siqueira e Maranhão, e os outros companheiros, acho que está claro para todo mundo de que lado a mentira está. Algum aqui tem alguma dúvida de que lado a mentira está? (Manifestam-se as galerias)

Eu me atrasei porque fiquei no telefone celular, lá fora, falando com um companheiro de pós-82, explicando para ele que ele não tinha nenhuma necessidade de repactuar, porque estava sendo usado esse grupo para alavancar essa repactuação, porque necessidade nenhuma eles têm de repactuar, porque vantagem nenhuma eles vão ter em relação a isso. E expliquei todo o histórico a respeito do assunto. Sabe o que ele me disse? "Mas, Paulo Brandão, se você tivesse me dito isso antes! Eu não repactuei, não, mas muitos dos meus companheiros talvez tenham sido enganados!" E eu disse para ele, depois de uma longa conversa: "Sabe por quê? Porque eles estão nos proibindo de falar com vocês, não nos deixaram falar para o pessoal da ativa!" Lá em Macaé, quando nós falamos em Macaé, longe do ambiente de trabalho, companheiros da ativa pediram para que entrássemos na Justiça, pelo amor de Deus, para obrigarmos a Petrobras a deixar falar dentro das unidades, pois, se nós falássemos nas unidades cinco minutos, ninguém repactuaria!"

De que lado está a mentira? Como propor a alguém ficar na dúvida, se o INSS vai ou não vai aumentar o ano seguinte, não tendo mais a proteção complementar da Petros? Como propor a alguém desvincular do INSS e ficar torcendo para que o INSS não caia? Como propor a alguém que a revisão seja feita por um índice manipulável pelo governo, como já vimos, no passado recente, várias manipulações sobre isso? É propor a alguém viver eternamente com um tubo de Isordil no pescoço e um terço na mão! Um tubo de Isordil para evitar um infarto e o terço para rezar constantemente para o seu benefício não cair. Isso é uma vergonha!, parodiando quem dizia isso no passado.

Foi dito aqui que houve repactuação na Previ. Não houve repactuação na Previ! Não houve! Lá, a decisão da Previ, do Banco do Brasil, quando tinha poder para isso foi: fecha o plano, ficam todos dentro do plano, aposentados e ativos, com todos os direitos que têm! E mais ainda,

recuperaram os benefícios passados,
recuperaram todos os direitos e as pendências
históricas que tinham do Banco do Brasil!
(Palmas) Muito diferente de agora, e usam isso
como chantagem para que a gente vá repactuar.
Não fizeram isso lá, de jeito nenhum! Não
comparem uma coisa com a outra, pelo amor de
Deus! Não tem a menor sombra de comparação.
Viver com um tubo de Isordil no pescoço e um
terço na mão, eu me nego. Jamais vou repactuar.
Não migrei, não repactuei e jamais farei isso.
(Palmas)

“Mas, se não fizerem um acordo agora, aceitando a chantagem, a pressão, vocês vão ter que brigar na Justiça durante anos.” Quantos anos? Foi dito aqui 20 anos. Mas os cálculos feitos pelos órgãos oficiais da Petros demonstram que, mesmo com o déficit atual de três bilhões e trezentos do sistema Petrobrás, só ocorrerá problema de caixa na Petros – oficial, feito pela Petros - daqui a 45 anos. Por que não se pode esperar então uma ação de 20 anos, quando não tem nenhum problema da Petros, dito pela própria Petros, até daqui a 45 anos? “Ah, mas tem um déficit.” Esse déficit precisa ser resolvido. Claro que tem que ser resolvido. Mas existe uma dívida. E essa dívida é reconhecida pela Petrobras.

Foi dito aqui pelo companheiro Paulo César, com quem já estivemos juntos nessa luta e hoje estamos em campos opostos, que o Conselho Fiscal deve demonstrar isso no seu parecer, essa questão da omissão da diretoria, de cobrar o déficit, mas nós já demonstramos isso durante três anos, e não aprovamos as contas da Petros. E vamos partir para o 4o. E ele, o Paulo César, também não aprovou as contas durante três anos. Está aqui presente. E por que não aprovou as contas? Porque na realidade existe um déficit da patrocinadora a ser cobrado, e o Conselho Fiscal jamais poderia aprovar as contas demonstrando um déficit que não existe se fossem cobradas as dívidas da patrocinadora. Essa é a nossa opinião, dos Conselheiros eleitos. Claro, os conselheiros indicados pela empresa não concordaram com essa tese. E nós tivemos que exercer o nosso direito de voto de minerva para cobrar.

Foi dito aqui também que houve uma época em que se fez uma imposição sobre uma determinada mudança do regulamento. Aquele movimento de 91 foi um movimento da base. O sindicato do Rio de Janeiro liderou o movimento da base que invadiu a Edise foi uma exigência da categoria que nasceu na base, e não uma imposição, como é hoje a repactuação, uma imposição de um acionista de cima para baixo. É diferente. É muito diferente. O movimento nasceu na base. Nasceu, com o pedido dos participantes, por pressão de todas as entidades da classe. É diferente. Mas não vou entrar nessa questão, porque não é o caso agora, porque, geralmente, isso é trazido para desvirtuar realmente o foco em si, que é a questão atual da repactuação.

Não vejo, na realidade, nenhum benefício, tanto do aposentado, como da pensionista, como do ativo na repactuação. A não ser, evidentemente, se subjugar ou aceitar essa condição. Ou aceita repactuar ou a Petrobras paga a dívida. Acho, na realidade, que a luta deve continuar. Não se deve repactuar; deve-se continuar na luta, cobrando a dívida da Petrobras, porque agora até o Presidente Lula, na campanha eleitoral, quando o Alckmin falou que existia uma dívida da Petrobras, ele confirmou no seu depoimento. Então, o próprio Presidente da República disse de viva voz que era uma dívida da empresa para com os trabalhadores, e a empresa tem que honrar.

Não repactuem! Vamos à luta, companheiros!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos ouvir agora Ronaldo Tedesco, coordenador do CDPP.

O SR. RONALDO TEDESCO – Primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade ao Deputado Paulo Ramos – é a segunda audiência pública que trata do tema – e agradecer também a atenção especial da equipe do gabinete que está atenta à luta dos trabalhadores, em especial à dos petroleiros.

A mim, coube a honra, neste último ano, de estar coordenando o Comitê em Defesa dos Participantes da Petros, que é um órgão que organiza as diversas entidades: a Apape, a Epet, o Sindipetro-RJ, a Ambep – não vou citar uma por uma; senão, vou acabar sendo injusto. Também é uma honra estar aqui neste plenário, porque foi exatamente onde se aprovou a Lei 2004, aquela do monopólio estatal do petróleo. Espero que todos nós, que estamos aqui no plenário, petroleiros, ou não, estejamos à altura

da responsabilidade de sermos petroleiros hoje neste país e de termos alçado a Petrobras a um nível de empresa que todos sabemos.

Quero, antes de entrar em alguns argumentos que acho fundamentais, utilizar como critério para o debate o proposto pelo Paulo César. Acho que o critério do debate tem que ser o da verdade, a prática do critério da verdade. Então, nesse sentido, quero saber, diante do diagnóstico da PEC 41, que estabelece a questão do plano de previdência privada para os servidores públicos municipais, estaduais e federais, se é uma coisa ruim, ou favorável aos trabalhadores. O Paulo César teria que se posicionar. Se for uma coisa ruim, o que o governo, que o Paulo César defende, vai fazer em relação a isso? Se os servidores públicos estão indo para um beco sem saída, significa que as direções sindicais e as pessoas com mais responsabilidades neste país tinham que estar de olho, alertando-os e lutando contra isso. Assim como também a Emenda Constitucional nº 20. Todos já falaram aqui em relação ao direito adquirido. Mas, principalmente, uma questão salta aos olhos, a questão da prática como critério da verdade, porque é verdadeiro o que foi dito aqui em relação ao papel que a FUP cumpriu, no final do

século passado – parece longe – em relação a Petros. É verdadeiro. E é verdadeiro também que os sindicatos estão entrando na ação por não confiarem mais na FUP. Mas essa é uma parte da questão. A principal questão que está colocada é que os diretores da FUP, e em especial o coordenador da FUP naquela época, Maurício França Rubem, que coordenou a entrada desses sindicatos e da FUP nessa ação para cobrança da dívida da Petros, esta pessoa física - não é outra pessoa, não é outro coordenador - hoje é exatamente diretor da Petros.

Paulo César, a prática como critério da verdade. Se como coordenador da FUP, Maurício França Rubem cobrou na Justiça a dívida da Petrobras para com a Petros, por que, como diretor da Petros, essa mesma pessoa não teve uma atitude sequer para cobrar da Petrobras a dívida que tinha para com a Petros? (Palmas) Qual foi o memorando? Qual foi o ato administrativo que esse diretor da Petros, ex-coordenador da FUP, fez? A prática como critério da verdade.

Responda agora para nós, para todos os presentes, se houve alguma atitude, por parte do Sr. Newton Carneiro, que está aqui na Mesa, que era também diretor da FUP, nessa época, e diretor sindical também...

(Alguém fala fora do microfone)

O SR RONALDO TEDESCO - Não, não tem problema. Calma, gente.

Se era diretor, naquela época, e hoje é Secretário da Petros, qual atitude tomou para cobrar da Petros, já que você cobrou a dívida na Justiça, anteriormente, em 2000? Qual foi sua atitude, como diretor, para cobrar da Petrobras a dívida que tinha com a Petros? A prática como critério da verdade.

É necessário que se responda. As afirmações que o Rodolfo Huhn fez aqui não são levianas. E eu quero afirmar, Paulo César, a prática como critério da verdade, que nós, do CDPP, junto com todas as entidades que compõem o CDPP, não estamos brincando com relação a essas acusações que fazemos sobre a gestão da Petros. Não estamos. Está sendo gravado e eu quero que grave. Não é só o Rodolfo, não é o Paulo, não é o Fernando, não é o Ivan, não é o Sílvio, nem os companheiros da Epet – o Pedro Carvalho está aqui – que estão afirmando isso.

Espero que você, como antigo companheiro de luta, tenha tanta cautela e responsabilidade com os atos que toma, como conselheiro deliberativo

da Petros, como os companheiros Ivan Barreto, Fernando Siqueira, Paulo Brandão, Rodolfo Huhn, Guilherme e os demais estão tomando. Isso não é uma ameaça, mas um conselho de amigo, já que fomos anteriormente companheiros. Porque nós vamos, sim, com certeza, ter encaminhamentos sérios, drásticos, cautelosos também, com relação a cobranças, caso seja comprovada má gestão da Petros. Vamos. Não tenha dúvida disso. Mas tudo a seu tempo.

O centro do problema da repactuação é a desvinculação do plano Petros do INSS. E quem acompanha as notícias tem acompanhado o PAC, que é o Programa de Aceleração de Crescimento, que tem como uma das propostas centrais exatamente o rebaixamento do teto dos benefícios do INSS.

Portanto, não é um problema só dos petroleiros. É um problema do Banco do Brasil, da Valia, da Cemig, de todos os fundos de previdência, onde a direção majoritária com o movimento sindical se aliou com o governo e com a direção das empresas para evitar que os fundos de pensão, vinculados ao INSS, fossem empecilho ao PAC. E não é um projeto aqui só, não. Não é um projeto

só da Petrobras, mas interessa a todos os brasileiros.

E essa desvinculação é parte dos ataques. Portanto, cabe-nos o direito de achar que a nossa MS possa também, mais à frente, ser parte dos ataques, ainda que não seja à previdência privada. Não é à previdência privada. Mas o nosso plano de saúde é um direito nosso.

Se vocês dizem que não está ameaçada a prática como critério da verdade, assinem conosco, trabalhadores da Petrobras, uma cláusula pétrea, de que nunca a MS será retirada dos petroleiros ativos e aposentados. (Palmas)

Mais nada. Vocês estão defendendo o nosso direito; é o que vocês dizem. Nós também. Assinem conosco um documento, não pela Petros, mas pela Petrobras, pela FUP, dizendo que nunca, jamais os petroleiros terão esse direito ameaçado; que ele será garantido.

Por último, é necessário e muito importante falar de duas coisas. Uma delas é o papel da FUP. Houve ameaças nacionais em todas... Eu sou trabalhador da ativa, não sou aposentado, trabalho na Reduc, sou área externa da Reduc.

Quem quiser me encontrar, é só ir lá no HA ou no turno para me encontrar na Reduc.

E houve, claro, um assédio moral sobre todos os trabalhadores, houve o incentivo dos 15 mil, sobre o qual, aliás, parêntese, o jornal da FUP diz o seguinte: os 15 mil são a título de recomposição das perdas dos aposentados por conta da vinculação do salário da ativa, que não houve. E para os ativos, como isonomia.

A minha opinião é de que isso vai motivar, por parte daqueles que não repactuaram, pedidos na Justiça já que é para recompor as perdas, como eles admitem. Vai caber. Isso é só um parêntese.

Mas de todas as ameaças feitas para a repactuação por parte da Petrobras, por parte da Petros, nenhuma delas, companheiros, nenhuma delas, nem os 15 mil, foi tão decisiva e determinante quanto um fato, que é o fato a que se referia Ricardo Maranhão e Paulo Ramos. O fato da direção nacional da categoria, a Federação Única dos Petroleiros, ter apoiado a repactuação. Não sei se percebem. Quando você está enfrentando inimigos tão poderosos que são os acionistas da Petrobrás - não só o Governo mas os acionistas internacionais da Petrobras, quando nós enfrentamos inimigos tão

poderosos assim, é necessário que nós tenhamos o quê? Uma questão básica, qualquer um de nós sabe, quem trabalha junto sabe: unidade. E ao romper a unidade, a FUP nos deixou órfãos; ao romper essa unidade, ela criou insegurança, divisão, criou medo na categoria. (Palmas) Criou a insegurança de que nós pudéssemos enfrentar esse inimigo e vencê-lo. E ainda assim, Paulo César, ainda assim, em agosto de 2006, nós vencemos a repactuação número 1. Não satisfeita, a Petrobras, junto com a FUP, ensaiou uma ameaça de 66% de aumento das contribuições e celebrou o acordo da repactuação 2.

Nada, companheiros, nada, é pior do que você ver o seu companheiro lhe trair. (Palmas) Companheiros, como diz o samba – se não engano, da Beth Carvalho, ou pelo menos cantado por ela, que vai cantar para a Mangueira agora, que infelizmente vacilou feio: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”. Essa insegurança, companheiros, que causou na categoria divisão de norte a sul, vai custar, sim, infelizmente, para todos nós, muito caro, mas em especial muito caro para a FUP.

E eu queria só, por último, discordar de uma coisa aqui. Último, não, porque tem mais uma questõzinha que o pessoal pediu para eu falar. Se a Federação Única dos Petroleiros já não quer nos representar, os sindicatos tentaram e estão fazendo a composição de uma Frente Nacional dos Petroleiros. “Ah, isso é divisão!”.

Companheiros, essa categoria é das mais politizadas que existe no país. Sempre se organizou em diversas associações e sindicatos – Aepet, Ambep, Apape, Associação dos Aposentados, Federação, Fenasp, tem de tudo nessa categoria. Porque ela não se deixa dobrar. (Palmas)

E a Frente Nacional dos Petroleiros é parte dessa resistência, que eu espero, sinceramente, que a Frente tenha claro que vai ter incluir, diferentemente da FUP, os aposentados na sua organização, porque essa é a única saída. Se cometer o mesmo erro da FUP, de excluir os aposentados, a Frente não vai dar em nada. E esse vai ser mais um erro da nossa categoria. E essa questão é fundamental para os aposentados também. Aproximem-se, companheiros. Apostem nessa alternativa. Vamos construir algo diferente. É mais do que importante, é necessária, é fundamental.

Por último, apesar dessa questão da repactuação na quarta-feira se encerrar, nós vamos ter eleições na Petros para conselho deliberativo e fiscal. E aqui nesse auditório o CDPP tem a honra de ter presentes todos os seus candidatos titulares e alguns suplentes - outros não puderem vir por conta da distância -, que eu queria apresentar: Fernando Siqueira para o Conselho Fiscal. (Palmas) Junto com o companheiro Sérgio Salgado, Diretor do Sindipetro-Litoral Paulista; os companheiros Ivan Barreto, que é Presidente da Ambep. (Palmas) Junto com Epaminondas da Estap Bahia; companheiro Paulo Brandão, que é nosso candidato também ao Conselho Deliberativo, junto com o companheiro suplente, que é o Roberto Ribeiro – está aqui, presente, Guerreiro, que é da base do Sindipetro-RJ; Sílvio Sinedine, companheiro nosso, Diretor do Sindipetro-RJ, baluarte da nossa luta contra a repactuação, junto com o companheiro Zé Celso, que deve estar trabalhando em alto mar e não pôde estar aqui.

Sr. Paulo Ramos, queria agradecer imensamente a oportunidade e dizer para os companheiros: quarta-feira para mim é só mais uma data, quando felizmente vai acabar a gestão atual da

Petros. (Palmas) E eu espero que o próximo presidente da Petros seja petroleiro, da Petrobras ou da BR, mas que seja da carreira, um companheiro nosso dentro da empresa; que não seja só mais um financista.

Por último, companheiros: Não à repactuação!
Todos nós juntos somos mais fortes do que eles!
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Com a palavra, Pedro Carvalho, diretor da Aepet. Faltam mais dois oradores depois do Pedro. Vamos ter paciência, estamos caminhando para terminar a nossa audiência pública.

O SR PEDRO CARVALHO – Muito boa tarde, senhoras e senhores, companheiros presentes. O meu agradecimento especial ao Deputado Paulo Ramos por esta oportunidade em que nós estamos podendo demonstrar a truculência com que o outro lado tenta impor as suas idéias a uma classe que está sendo massacrada pelo poder econômico da Petros, da Petrobras. A nossa luta não é contra a Petrobras porque a Petrobras é nossa filha, pois cada um de nós com o nosso trabalho e sacrifício, com a nossa inteligência, construímos essa empresa, que é uma das maiores do mundo. Não vamos nos

curvar a um bando de pelegos que querem nos impor a venda dos nossos direitos! (Palmas)

Muitos pontos já foram aqui discutidos, mas eu quero me fixar em apenas um: a campanha insidiosa, malévola que vem assustando os pobres aposentados e aqueles mais idosos, como eu - estou com 78 anos. Poderia estar em casa. Vim aqui para a batalha e não vou largar essa batalha! (Palmas) Tenho recebido como diretor da Aepet telefonemas de viúvas chorando literalmente, me perguntando o que devem fazer porque estão assustadas, porque recebem todo dia um monte de papel - papel da melhor qualidade. E agora tem um DVD onde as mentiras estão expostas, como, por exemplo, de que baseados na Emenda Constitucional nº 20 vão aumentar a contribuição. Mentira! Já foi provado aqui por todos os presentes, por todos que falaram antes de mim que a lei não permite isso e eu tenho até prova do que estou dizendo por conta de uma palestra que vou fazer amanhã na Aepet. Estão todos convidados aqueles que dela quiserem participar. Amanhã, às 14h30min, estarei lá dando mais uma palestra dentre as muitas que vimos fazendo.

Esse tipo de intimidação é uma coisa vergonhosa. Eu gostaria de saber por que determinados representantes da FUP que antes eram um dos mais entusiastas contra a repactuação, contra o PPV e estavam integrando o CDPP, porque antes do Tedesco eu fui coordenador, quando mudaram

de lado, a primeira coisa que a FUP fez foi abandonar o CDPP. Portanto, ela já estava maquinando essa virada. E com isso começou esse trabalho de intimidação, dos gerentes dos ativos: "Ou você repactua ou pode perder o seu cargo"; dos gerentes com os seus subordinados: "Se você não repactuar, na próxima promoção talvez você perca alguns pontos e talvez não seja..." E assim foi.

Isto não é mentira, porque vários colegas nossos, vários companheiros nossos da ativa me telefonaram, me mandaram correios e pediram, pelo amor de Deus, que não citássemos seus nomes, mas comprovavam a intimidação que estava sendo feita. Eu recebi telefonemas até das plataformas, P-50 e outras, de gente que estava lá no mar, perdido, sem poder ouvir o outro lado, porque a Petrobras, a Petros não permitiam que nós fôssemos mostrar o outro lado da questão. Então, esse tipo de intimidação é o que estava assustando todo mundo.

Mas o que vejo aqui é uma classe unida, uma classe que sabe o que quer, uma classe que não vai ser enganada pelas mentiras que aqueles ali estão dizendo para todo mundo. (Palmas)

Mentiras como aquela de que não vão perder a MS. Leiam a documentação que vocês receberam. Em todas elas diz o seguinte: você não vai perder a MS, que é garantida pelo acordo coletivo de trabalho. Eles não dizem que, ao repacturar, você perde o art. 41 e perde a sua vinculação com o pessoal da ativa.

Automaticamente, você não está mais dentro do

acordo coletivo de trabalho e, sendo assim, você, amanhã ou depois, poderá vir a perder a MS. Perguntem a eles o que é o Petros Saúde. O Petros Saúde, eu já sabia da existência dele há três anos. Tanto é que, como diretor da Aepet, eu criei o AMA, uma assistência médica para os sócios da Aepet e seus dependentes, porque eu já sabia que vinha mexida na MS. Então, é mentira!

Outra coisa: o que estão fazendo com as pensionistas é uma ignomínia. Quando o Sr. Diego Hernandez, “Dieguinho Meu Rei”, fez a palestra para a diretoria da Aepet, eu fui designado como porta-voz e fiz duas perguntas para ele. Primeira: se reconhecem que o cálculo das pensionistas está errado, por que não corrigem e pagam os atrasados daquilo que vêm pagando errado já há vários anos? Ele disse: “Nós vamos pagar só daqui para a frente”. Para trás, nada. A mesma coisa foi quando eles reconheceram que nós tínhamos perdas. E essas perdas estão reconhecidas em vários documentos, inclusive o próprio documento da FUP. Está aqui. Então, eu perguntei: “Por que não pagam?”. “Não! Nós só vamos pagar para a frente”.

Então, tudo isso era moeda de troca, era meio de coação. E nós não vamos concordar com isso. Sei que vocês já devem estar cansados, porque já ouviram muita coisa. Só quero dizer uma coisa para vocês: se todos repactuarem, eu não vou repactuar. (Palmas) Vou continuar aqui, lutando, enquanto tiver condições, contra a repactuação. Fora a FUP! A favor da repactuação, não! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Roberto Ribeiro. Falta somente, depois do Roberto Ribeiro, o Paulo Roberto.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras presentes. Quero parabenizar o evento e todos presentes, na pessoa do Deputado Paulo Ramos. Quero, também, lamentar a ausência dos diretores da Petrobras. Ainda há pouco, tivemos uma palestra no Hotel Guanabara e o diretor do RH da Petrobras estava presente. Então, ele está presente no Rio mas, lamentavelmente, se ausentou e não quis vir participar do debate, porque isso aqui é um debate. Aonde temos ido não é debate; é uma palestra em que só deixam dois minutos para que possamos falar e fazer

algumas perguntas que, normalmente, não são respondidas; são enroladas.

E, aí, quero também falar para meus companheiros, ex-companheiros da FUP, que colocaram aquela faixa ali que diz: “Não fique só. Repactue já!”, eu quero falar para os meus companheiros: não fiquem com o Governo! Voltem-se para o lado dos trabalhadores, fiquem conosco, os trabalhadores, e não com o Governo! (Palmas)

Foi falado aqui sobre essa ação da FUP na Justiça. Então, eu vou ser rápido. Na época, em 2001, e antes, a FUP representava de fato os trabalhadores. Quando o companheiro Paulo César chega aqui e fala em nome da FUP, era obrigação e dever da FUP representar a categoria dos petroleiros e todos os 17 Sindipetros. Lamentavelmente em função dessa maldita repactuação seis Sindipetros, no último Confup, em julho do ano passado, tiveram que fundar uma nova ferramenta que viesse de fato a defender os trabalhadores, que é a Frente Nacional dos Petroleiros. (Palmas) Com isso, cinco Sindipetros já se desfilaram da FUP. Como eu disse, hoje não é mais a Federação Única dos Petroleiros, infelizmente. Pelo que estão fazendo,

esta atual direção é a Federação Única da Petrobras. Por isso a FUP está aqui representando também a Petrobras. Então, a ausência dos diretores da Petrobras não é nem para nós sentirmos, pois a FUP está presente; hoje ela representa a Petrobras e não mais os petroleiros. (Palmas)

Companheiros, eu não estou querendo aqui trazer para o lado pessoal, mas, companheiro Paulo César, que eu ainda chamo de companheiro por ter respeito ao seu trabalho, assim como pelo de outros companheiros, como o Newton, que antes lutavam pela categoria, quando você diz aqui que a prática é o critério da verdade, como o Tedesco cobrou, companheiro, eu também quero te cobrar porque durante muitos anos você foi o representante dos aposentados e pensionistas: será que, então, naquela época a sua prática era mentirosa? (Palmas)

Eu vou falar rapidamente sobre a Previ porque o companheiro Paulo Brandão já falou tudo que tinha de falar sobre ela. Em todas as palestras a gente ouve falar na Previ, mas eles não deixam nós explicarmos e eles também não explicam como foi feito na Previ, o fundo de pensão do

Banco do Brasil. O Brandão já explicou, mas é só mais um detalhe, Paulo Brandão. Naquela época e hoje todos os diretores são ex-funcionários do Banco e na Previ nós temos lá a maioria de aposentados. É bem diferente do nosso Fundo, a Petros. O que nós temos lá é o presidente e o diretor financeiro, companheiro Deputado Paulo Ramos, que não são petroleiros. Veja bem, o presidente e o diretor financeiro não são petroleiros. Então, querem nos vender, estão nos vendendo, mas que façam pelo menos como foi falado aqui como a Previ fez: tratem de ver as perdas que nós temos, que são muitas. De 1994 para cá já passaram de 80%, e aí corrijam nossos benefícios. Quem sabe poderemos discutir um novo plano? Porque é de fato e de direito da empresa com a Emenda nº 20, mas não do jeito que estão fazendo, desde 2001.

E como já foi falado aqui, os próprios acordos coletivos ofereceram 2.75, 2.5 para abrimos mão do artigo 41. Dois anos depois num acordo coletivo ofereceram três salários para flexibilizar o artigo 41. No ano seguinte ainda num acordo coletivo ofereceram também três salários para adequar o Artigo 41. E continuam insistindo com 15 mil ou três salários e ainda dizem, ainda têm a cara de pau de dizer que o Artigo 41 não vale

nada. E já estão há seis anos nos querendo comprar esse Artigo 41. Se não representa nada, então por que os Artigos 41, 42 e 48 estão nesse bolo todo da repactuação?

Companheiro, nós teríamos muita coisa pra falar e debater. O tempo está se esgotando. O companheiro fez sinal para eu concluir, e nós vamos ter que obedecer ao tempo. Eu estou desde oito horas da manhã, porque fui pra palestra do Hotel Guanabara, me fiz presente às nove horas, panfletei o jornal insurgente e estou aqui, e ainda tenho uma atividade lá em Caxias.

Então, companheiro, vamos dizer não à repactuação, não à venda do nosso direito!!!

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Paulo Roberto.

O SR PAULO ROBERTO – Boa noite.

O Santa Rosa, todo mundo conhece. Durante alguns anos fazia palestras nos sindicatos, combatendo a Petros com críticas veementes de todas as formas possíveis. Ele assumiu a Petros como presidente do Conselho Deliberativo no dia 11 de fevereiro de 2003; portanto, faz três anos.

Um mês e pouco depois ele deu uma entrevista na FUP – ouviu, pessoal da FUP? Está aqui o jornal com a entrevista dele. Se vocês lerem a entrevista e virem o que está acontecendo e trazerem para cá, é muita contradição. Fiz uma seleção de coisas que ele falou no jornal e vai demorar só dois minutos ou três.

Uma das perguntas que foi feita a ele nessa entrevista foi a seguinte: “A Petros fechou mais um ano com déficit. As demonstrações contábeis de 2002, antes do Lula, foram novamente conduzidas sem transparência e aprovadas mesmo repletas de irregularidades. O novo conselho deliberativo pretende rever estas contas? E em relação às demais, atuariais? A FUP e o sindicato estão cobrando através de ação na Justiça o saneamento de todas as dívidas que a Petrobras tem com a Fundação. Teremos finalmente um auditoria na Petros?”.

A resposta resumida do Santa Rosa foi a seguinte: “Contrataremos duas ou três consultorias diferentes, além da que já atua para a Petros. Precisamos ouvir várias opiniões para conhecermos a realidade atuarial. Vamos fazer com certeza uma auditoria nas contas da Petros, diante de todas as mudanças que estamos

vivendo no governo, na Petrobras e na Petros. Não será mais preciso decisões judiciais para proteger o participante”. Aí eu pergunto: quantos processos já existem por conta disso e quantos vão existir? Portanto, uma mentira meio forte.

Uma outra colocação dele: “As decisões não podem ser tomadas de cima para baixo, impostas goela abaixo do participante. O participante precisa ser ouvido e respondido. Ele não é um mero contribuinte que age de forma passiva, ele tem que participar das decisões da Petros”. Quero comentar o seguinte a respeito disso: com esse plano que está aí, repactuação, o primeiro, esse segundo, não mudou nada. Portanto, nós que somos participantes não interferimos em nada com nossas opiniões. O plano foi feito, foi formado sem nenhuma participação do contribuinte. Mais uma mentira do nosso amigo.

“O patrimônio da Petros, de forma alguma, pode continuar sendo usado em aventuras.” Ora, é sinal de que eles admitiam, o Santana, na época, admitia que havia aventuras. Existiam investimentos de aventuras na Petros. Ele disse que ninguém sabe que aventuras eram essas

que existiam na Petros. E agora vem o PAC e eles vão fazer novas aventuras com a Petros.

Então, companheiros, isso aqui é muito estranho. Eles admitiam que existiam aventuras e não disseram até hoje quais eram essas aventuras. A mesma coisa as auditorias, que não apareceram até hoje.

O pessoal cobrou a permanência do Lima, que era do RH da Petrobras e ficou nove anos na direção da Petros. Ele permaneceu com o Lima na Petros. Ele tem uma explicação um pouco longa. Eu não vou falar aqui. Mas só peguei esse pedacinho: “Precisamos do Lima pelo acúmulo de conhecimentos que ele tem e porque é uma opinião diferente da nossa”. Quá, quá, quá. É para rir, não é? Permanecer com um cara que ficou fazendo discriminação conosco; o Lima fez discriminações conosco, aposentados, por muito tempo. Ele sabia o que estava acontecendo na Petros. Acho que ele permaneceu para dar um “cala boca” neles. “Cala boca, rapaz. Vocês fiquem quietos.”

Mas, na verdade, é o neoliberalismo e, com isso, vou para o finalzinho. Companheiro, votamos no PT e no Lula para implementar mínimas mudanças, pois o que faltava era vontade

política. Todo mundo aqui ouviu falar em PT e Lula só dizia que o problema era vontade política. Toda solução dependia de começar pela vontade política. Ora, a primeira vontade política que eles tiveram, e com muita vontade, foi abraçar o neoliberalismo. Estão totalmente neoliberais. Estão, tudo isso que está acontecendo é política neoliberal, pura e simples.

Agora, é lamentável que o Partido dos Trabalhadores, que pelo menos 80% do movimento sindical, não esquecendo da FUP e da CUT, no nosso caso, continuem com a carteirinha do PT no bolso, defendendo o neoliberalismo de forma indireta e defendendo o governo.

Só para terminar. Vai fazer três meses que nosso amigo foi reeleito mas o governo não começou ainda. A gente nem sabe quais são os ministros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Bom, nós ouvimos o último inscrito e vamos caminhar para encerrar a nossa audiência pública, esperando que ela tenha contribuído para reavaliação de posições. É claro que, quando temos uma audiência pública como a que ocorreu hoje e que comparecem corajosamente dois representantes

que têm posições que contrariam a vontade, o pensamento e o interesse de quase todos os presentes, é de se esperar que os argumentos aqui apresentados possam, de alguma forma, levar os dois representantes a uma reflexão. É isso o que se espera: que avaliem.

É claro que, em um momento de angústia e de exacerbação, algumas observações são feitas, algumas palavras são usadas, alguns adjetivos são aduzidos e que, às vezes, são até ofensivos. Mas aqueles que aqui compareceram e que representam uma posição que difere da posição da quase totalidade, também são pessoas experimentadas, que já participaram de muitos momentos da luta e que possivelmente em alguns momentos tenham, diante do opositor, também se utilizado de palavras que poderiam alcançar a sensibilidade dos opositores da época. Isso faz parte da nossa convivência, até porque os que aqui compareceram, o Newton e o Paulo César, são companheiros que têm uma trajetória de luta na categoria.

O objetivo da audiência pública é levar as partes a uma reflexão. Às vezes, as decisões são tomadas antes de uma consulta aos envolvidos. Às vezes, são decisões impostas aos

governantes; e os governantes transmitem essa posição, ao que chamo a “cadeia de comando”, a “cadeia diligente”. E aqueles que estão em qualquer espaço, em qualquer fase dessa cadeia de comando, vão assimilando e voz de comando, vão se comportando de acordo com essa voz de comando.

Mas quando há o comparecimento em uma audiência pública, que, se agora tem uma presença mais diminuída, teve no início uma expressão muito grande, fica aqui a expectativa, porque as coisas não estão consumadas. Nada está consumado, mesmo em havendo uma parcela... Porque qualquer que tenha sido o motivo da adesão à chamada repactuação, nada está consumado. Então, que haja uma reflexão por parte de todos.

A nossa esperança é de que o direito dos trabalhadores, o direito dos petroleiros, qualquer que seja o tempo de serviço, mesmo daqueles que já estão aposentados, que já terminaram a sua vida útil dentro da empresa, seja respeitado e, para tanto, que seja feita uma reavaliação porque o projeto que se delineia para a Previdência Social no Brasil é completamente danoso para a classe trabalhadora como um

todo. Como são militantes antigos e experimentados, que conhecem e participam da luta dos trabalhadores, que eles possam, pelo menos, refletir porque, às vezes, a divisão de uma categoria causa danos irreversíveis, irreversíveis não apenas na luta pelos direitos da categoria, mas danos irreversíveis na luta pela preservação de uma empresa que ainda é um símbolo nacional. (Palmas) É preciso, ao contrário, mesmo, às vezes, abrindo mão de uma ou outra convicção, é preciso lutar pela unidade da categoria.

O SR. PAULO CÉSAR – Deputado, eu queria um esclarecimento. O senhor já está caminhando para o final, não é isso?

O SR. PAULO RAMOS – Pois não, por favor.

O SR. PAULO CÉSAR – A gente fez duas propostas aqui para a mesa, para a Casa, para a Comissão de Trabalho. Uma que seria acompanhar o acordo judicial caso a repactuação fosse aprovada, e a outra acompanhar o processo, inclusive, verificar a veracidade dos números da repactuação. Eu queria saber qual é o posicionamento porque, segundo a informação que nos chegou agora, nós temos, hoje, 51.805 repactuados, e a meta

para atingir os dois terços é 53.405; portanto, faltam somente 1.600 para atingir a meta. Esse número é de sexta, porque o resultado de hoje, a Petros só vai pegar no correio amanhã; portanto, esse é o resultado do que foi entregue no correio na sexta.

Então, o que eu estou querendo aqui, para deixar transparente as questões, é saber se a Casa vai acompanhar e vai verificar a veracidade desses números que a gente está passando. Nós temos, ao todo, do processo primeiro da repactuação, 35.697 que confirmaram a sua repactuação naquela primeira fase, o que dá 86,06% que repactuaram a primeira vez e confirmaram, e nós temos 317 desistências, no total. Então, o que eu estou pedindo aqui à Casa, para tranquilidade aqui das pessoas, é acompanhar esses números, auditar esses números e divulgar, porque as pessoas precisam saber a verdade, precisam ter toda a confiança em relação aos números, estou certo?

O SR. PAULO RAMOS – Veja bem, no momento...
(Manifestam-se as galerias)

Um momento só, por favor. Logo depois da sua intervenção, eu falei que seguramente a Comissão de Trabalho da Casa vai aprovar esse

encaminhamento que vou propor, mas eu também deixei uma outra proposta. A grande denúncia feita por aqueles que se opõem a esse projeto é de que tem sido difícil, ou foi praticamente impossível a eles, com igualdade de condições, discutir com a categoria essa repactuação, afirmando, inclusive, que a empresa, com os seus aliados, trabalhadores ou não, se utiliza de mecanismos, os mais diversos, não apenas para sedução, mas para o constrangimento, de modo a levar uma parcela a repactuação, num procedimento autoritário e equivocado porque conduz a categoria para um desastre. (Palmas)

O que eu propus aqui é se seria possível aqueles que defendem a repactuação mobilizar, como mobilizaram aqueles que são contrários à repactuação, um número tão expressivo que esteja aqui presente para ouvir os argumentos contrários à repactuação. Foi este o desafio...

O SR. PAULO CÉSAR – Deputado, lá na Bahia, nós fizemos...

O SR. PAULO RAMOS – É esse o desafio. Aqui no Rio de Janeiro. (Palmas)

O SR. PAULO CÉSAR - Deputado, lá na Bahia, fizemos reuniões. No total atingimos mais de 1.500 pessoas nessas reuniões. Aqui, no caso do Rio de Janeiro, a grande maioria já repactuou e, por isso, provavelmente não está aqui presente, mas, se a gente convocar os companheiros, eles, com certeza, estarão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Então vou transmitir uma data para que haja um debate com a presença de quem é contrário à repactuação, com os argumentos...

O SR. PAULO CÉSAR - Eu queria, inclusive, Deputado, dizer o seguinte a todos os companheiros aqui: dia 28 de vai encerrar o prazo. Mesmo que a meta de repactuação seja atingida, vamos solicitar formalmente à Petrobras a prorrogação do prazo para aqueles que ainda não repactuaram possam fazer a sua repactuação... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Não...

O SR. PAULO CÉSAR - ...porque tem pessoas que podem estar aguardando a última data e depois podem se arrepender, ok? (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Um minutinho, por favor.

O SR. PAULO CÉSAR - Quero só colocar uma questão aqui com relação à presença do Fernando Siqueira. Isso foi denunciado aqui. Acho isso importante. A presença do Fernando Siqueira em debates. Quero dizer o seguinte: eu estranho essa posição porque quando a repactuação foi votada no Conselho Deliberativo da Petros - e tem ata aí do Conselho Deliberativo -, o Fernando Siqueira e o Ivan Barreto disseram que estavam impedidos de votar porque não tinham conhecimento da proposta, não tiveram acesso à proposta e por isso estariam impedidos de votar. Ora, se eles não votaram contra a repactuação quando podiam fazê-lo enquanto conselheiros deliberativos, não entendo por que agora querem fazer o contraditório. (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos lá... Um minutinho, por favor. Um minutinho, por favor... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Só um minutinho... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Um minutinho, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Vamos lá. Então, como deliberação dessa audiência pública, vou oficiar a direção da Petrobras, em nome da Comissão de Trabalho da Assembléia Legislativa, pedindo essa disponibilização da TV Executiva da Petrobras para colocar as posições para os petroleiros da ativa, que não tiveram chance de nos ouvir. (Palmas) Mas quero registrar aqui que é uma coisa grave. Desculpe-me o representante da FUP, mas considero essa proposta feita por ele, agora, antes da conclusão, uma imoralidade. Isso é uma imoralidade! (Manifestam-se as galerias) E mais, e mais, veja bem, deixa eu registrar isso...

O SR. PAULO CÉSAR - Deputado, Deputado, eu quero só deixar claro, Deputado, o seguinte... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Paulo, só um minutinho...

O SR. PAULO CÉSAR - Eu quero deixar claro só o seguinte... (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Só um minutinho...

O SR. PAULO CÉSAR - ...Em todos os fundos de pensão, Deputado, em que houve mudança, e os companheiros ficaram na minoria, esses companheiros hoje estão tentando reabrir o processo, estão extremamente prejudicados. Isso aconteceu na Forluz, isso aconteceu na Valia, isso aconteceu em todos os fundos de pensão em que os companheiros não concordaram com as mudanças e hoje estão sendo prejudicados. Como nós temos preocupação com todos, seja quem repactuou como quem não repactuou, porque a gente defende o interesse de todos, estamos defendendo, sim, que todos os companheiros possam repactuar, para que não fiquem isolados. (Manifestam-se as galerias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Atenção, por favor, atenção, por favor. Atenção para podermos concluir a nossa audiência pública, vendo na proposta não uma afirmação de convicção, mas uma provocação. Nós não vamos permitir que a nossa audiência pública seja concluída com tumulto, será um equívoco isso, será um equívoco. Isso só contribui para dar a impressão de que os algozes agem com serenidade. Eles agem com a serenidade de

quem dispõe o chicote na mão. É essa a serenidade deles.

Eles dispõem de instrumento de força, usam esse instrumento de força, querem empurrar goela abaixo da categoria uma proposta que é absurda porque retira direitos. Eles têm o poder de fazer isso. Aliás, não é o poder: eles têm a ousadia. E eles querem alcançar através da repressão, da manipulação de informação, um percentual tal que legitime essa imoralidade. É isso, é por isso que eles precisam de tempo. (Palmas) Eles não precisam de tempo por questões democráticas, não. Eles precisam de tempo porque eles são imorais. Eles estão no poder – como disse alguém aqui – traindo os interesses da categoria, dividindo a categoria e vão pagar um preço por isso e já estão pagando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) – Um minutinho só. Eu não vou conceder mais a palavra. Eu vou caminhar para encerrar esta audiência pública, dizendo o seguinte: há aqueles que estão jogando o nome que construíram na lama, traindo os trabalhadores, se aliando ao poder, negando a luta anterior. (Palmas) Para quem acompanhou, para quem acompanhou de

perto aquela greve dos petroleiros conduzida pela FUP, hoje, não reconhece mais a FUP como representante de qualquer categoria profissional; não é possível reconhecer. (Palmas) E mais, digo isso e digo com alguma revolta e com algum resquício de respeito, é um absurdo que um representante da FUP se alie a esse processo e venha aqui dizer: nós vamos pedir para prorrogar para ameaçar outros e aumentar esse percentual. (Palmas)

Está encerrada a audiência.

Data de Publicação: 27/03/2007

Assunto: Petrobrasxpetros